

CAPITÃO QOPM RENATO DE OLIVEIRA RIBAS FILHO

INVESTIGAÇÃO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento de Segurança Pública.

Orientadora de Metodologia:
Prof^a. SÔNIA MARIA BREDÁ

Orientador de conteúdo:
Major QOPM ANTONIO CARLOS DO CARMO

CURITIBA

2007

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 METODOLOGIA	2
2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	2
2.2 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO E METODOLOGIA ADOTADA.....	3
3 O INGRESSO NA PMPR.....	4
4 O PROCESSO DE SELEÇÃO NA PMPR.....	9
4.1 FASES DO CONCURSO.....	9
4.2 ATRIBUTOS PESSOAIS PARA O INGRESSO.....	11
5 A INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	15
5.1 ENFOQUE.....	17
5.2 FASES DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	18
5.3 CONTRA-INDICAÇÃO.....	19
6 RESULTADOS DA CONSULTA AOS AGENTES DE INTELIGÊNCIA.....	21
7 CONCLUSÕES	31
8 PROPOSTAS.....	32
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS.....	54

LISTA DE SIGLAS

ACI	- Agência Central de Inteligência;
ALI	- Agência Local de Inteligência;
ARI	- Agência Regional de Inteligência;
CG	- Comando Geral;
CRS	- Centro de Recrutamento e Seleção;
DOE	- Diário Oficial do Estado;
DTI	- Diretoria de Tecnologia e Informática;
EM	- Estado Maior;
FDB	- Formulário de Dados Biográficos;
IS	- Investigação Social;
PMPR	- Polícia Militar do Paraná;
SSO	- Subseção de Operações.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - LOCALIZAÇÃO DE DOMICÍLIOS DOS CANDIDATOS.....	21
GRÁFICO 2 - LOCALIZAÇÃO DE PESSOAS REFERENCIADAS PELOS CANDIDATOS.....	22
GRÁFICO 3 - VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS CANDIDATOS.....	23
GRÁFICO 4 - CONHECIMENTO DA MISSÃO ATINENTE A INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	24
GRÁFICO 5 - ORIENTAÇÃO ACERCA DA REALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	25
GRÁFICO 6 - RESPOSTAS DE COMO OS AGENTES APRENDERAM REALIZAR A INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	26
GRÁFICO 7 - RESPOSTAS SOBRE O TEMPO DE REALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	27
GRÁFICO 8 - VALIDADE DA REALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	28
GRÁFICO 9 - CONHECIMENTO DOS RESULTADOS FINAIS DO TRABALHO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	29
GRÁFICO 10 - EFETIVIDADE DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL.....	30

RESUMO

O presente estudo visa avaliar a Investigação Social na Polícia Militar do Paraná, realizou-se um estudo desta fase, como parte integrante do sistema de seleção para ingresso nas fileiras da Corporação paranaense. Para tanto, foram feitas pesquisas sobre os concursos e seus requisitos legais, englobando-se a fundamentação técnico-jurídica pertinente ao assunto. Procurou-se demonstrar a utilidade da aplicação de tal investigação e a necessidade de sua sistematização.

1 INTRODUÇÃO

Entende-se por investigação social o processo de levantamento da vida pregressa de civis interessados em ingressar na carreira militar.

A apresentação deste estudo buscará sistematizar a investigação social aplicada aos candidatos ao ingresso na Polícia Militar do Paraná. Visa, portanto, atender as exigências constantes dos editais que definem os critérios a serem observados durante os processos de seleção de civis.

Na atualidade, dentre os princípios da Administração pública, a moralidade vem sendo alvo de destaque pelos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Por conseguinte, o combate à corrupção perpetrada por servidores públicos é meio indispensável para o alcance da eficiência. Somam-se a isto, os desvios de conduta ocorridos nos órgãos públicos, os quais vêm trazendo prejuízo ao setor público e total descrédito em seus propósitos institucionais, mormente perante a sociedade.

Desta forma, o controle dos quadros de pessoal, imprescindível em todos os momentos da vida pública, inclusive durante as novas contratações com a implementação sistemática de medidas que evitem admissões de pessoas que possuam condenações criminais, envolvimento em atos ilícitos ou comportamentos incompatíveis com o futuro exercício da função pública. Constitui efetivamente a profilaxia desejada para minimizar os desgastes causados à Corporação, pelos muitos desvios comportamentais ocorridos em todos os seus níveis.

2 METODOLOGIA

2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Hoje a inexistência de uma diretriz (normativa) que verse e norteie o processo de investigação social na PMPR dificulta o trabalho dos policial-militares responsáveis pela realização desta pesquisa acerca de antecedentes, vida pregressa e conduta social dos candidatos ao ingresso nas fileiras milicianas. A intenção de sistematizar a investigação social procurará um fundamento técnico-científico, embasado nos ditames legais e no que entende a doutrina no âmbito do Direito Constitucional e Administrativo.

A carência de um método objetivo e claro muitas vezes implica em desperdício de tempo e recursos despendidos em consultas cujas fontes provêm dos mesmos bancos de dados, por exemplo. De outra banda, valiosas informações e dados de significativa utilidade são abandonados durante as análises, por absoluta falta de critérios objetivos antecipadamente firmados.

Ressalta-se que, em campo, as diligências incompletas oriundas de conjecturas pessoais ou desorientadas colocam em risco os resultados alcançados, fragilizando consideravelmente a consistência do processo.

Muito embora o interesse da administração respalde suficientemente a investigação social e lhe empreste motivação, seus critérios devem integralmente obedecer aos princípios da administração pública, impressos na Constituição Federal.

Diversos fatores estruturais e conjunturais dificultam a elaboração de uma investigação social abrangente e elucidativa: a rotatividade dos agentes de inteligência, responsáveis por tal tarefa, bem como a falta de treinamento específico destes; Preparo imprescindível para a perfeita realização de consultas aos diversos bancos de dados e entrevistas.

Os bancos de dados disponíveis no país não apresentam informações devidamente integradas, mostrando-se não raras vezes confusos ou inexatos. Portanto, tal análise terá sua precípua finalidade em definir critérios objetivos e um

sistema mais eficiente e confiável para a investigação social na corporação, atingindo desta forma resultados mais satisfatórios e seguros.

2.2 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO E METODOLOGIA ADOTADA

A definição clara e objetiva de métodos para realização da Investigação Social contribui para a segurança, confiabilidade e utilidade de todo o processo.

A normatividade e a divisão das fases que compõem tal processo implicará em economia e melhores resultados para o setor de seleção da PMPR.

Para viabilizar a realização da investigação é necessário portanto, o estabelecimento e sedimentação de um método eficaz para o processo, integrando as fontes de consulta.

O presente trabalho científico será desenvolvido por intermédio de uma pesquisa documental, analisando os concursos e seus editais relativos ao ingresso na carreira policial-militar, especificamente no que diz respeito às exigências quanto a idoneidade moral e antecedentes processuais e criminais dos candidatos civis.

Analisar-se-ão os formulários de dados biográficos e orientações sobre os seus preenchimentos.

Será realizada uma pesquisa de campo, através de questionários direcionados aos agentes participantes de todas as fases do processo de investigação social. Tais questionários visam perceber as dificuldades havidas durante as coletas e buscas e possibilitarão um melhor aproveitamento de sugestões e experiências apresentadas, visando destarte um melhor aperfeiçoamento do trabalho alvo da pesquisa.

Constituirá como a base deste estudo, a análise pormenorizada dos princípios do Direito Administrativo, os poderes conferidos à Administração Pública e as características peculiares da carreira castrense.

3 O INGRESSO NA PMPR

O ingresso na PMPR é feito mediante concurso público, em que é exigido o preenchimento de vários requisitos, constantes dos editais. Isto, nos termos do artigo 37, II da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19, de 4 de junho de 1998:

A investidura em cargo ou emprego público em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para o cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

A Carta Magna de 1988 consagrou em seu texto quando trata da acessibilidade do serviço público, os princípios da isonomia, da imparcialidade, da legalidade, da objetividade, da publicidade e do controle público.

Nesta esteira merece destaque o que ensina Meirelles (2006, p.434) a respeito dos princípios da Isonomia e Obrigatoriedade do concurso público:

O concurso público é o meio técnico posto à disposição da Administração pública para obter-se a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam os requisitos das leis, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II da Constituição Federal. Pelo concurso afastam-se, pois os ineptos e os apaziguados que costumam abarrotar as repartições, num espetáculo degradante de protecionismo e falta de escrúpulos de políticos que se alçam e se mantêm no poder leiloando cargos e empregos públicos.

Muito embora não haja uma forma preestabelecida exigível para a realização de concurso público, entende-se que devam ser respeitados todos os princípios atinentes aos procedimentos administrativos e garantias a eles inerentes.

Para tanto, é indispensável a escolha predeterminada de requisitos para participação e de critérios de julgamento, devidamente discriminados em ato administrativo prévio: o edital, utilizado freqüentemente no âmbito da Polícia Militar do Paraná.

Os editais regulamentam, portanto, os concursos públicos na corporação e divulgam amplamente (princípio da publicidade) suas exigências e critérios, para que todos os candidatos se inteirem de sua matéria. Uma vez fixadas suas normas,

estas obrigam tanto o candidato como a Administração Pública, ou seja, o procedimento de seleção se vincula ao edital.

Na fase de elaboração dos editais, o administrador público, sob o manto da legalidade, exercitará a discricionariedade administrativa, visando definir determinados critérios objetivos. Este cuidado visa principalmente eliminar julgamentos pautados em parâmetros puramente subjetivos, na medida em que tal se afigura possível.

O princípio da objetividade pressupõe pois afastar de todas as fases do certame aquelas decisões administrativas meramente fundadas em impressões, preferências ou concepções individuais dos julgadores.

Assevera Meirelles (2006, p.435) sobre o assunto:

A administração é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que todos os candidatos, tendo ainda, o poder de, a todo o tempo, alterar as condições e requisitos de admissão dos concorrentes, para melhor atendimento do interesse público. Não obstante, é ilegal a exclusão ou reprovação com base em critério subjetivo, como a realização de exame psicotécnico sem critérios objetivos ou a avaliação sigilosa de conduta do candidato, sem motivação.

Encontra-se inscrito no edital que prevê o concurso para admissão de civis como aluno oficial na PMPR (anexo 1) o requisito de comprovada moralidade, como se lê:

V - Ter comprovada moralidade, ou seja, não ter antecedentes policial, social, criminal que o contra indique para o exercício do futuro cargo (oficial subalterno) dada a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade, verificada mediante rigorosa pesquisa social a ser realizada pela 2ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná.

Está contido, no edital 2005, alusivo ao concurso para ingresso como soldado na PMPR (anexo 2) igual exigência, como segue: “Não se encontrar denunciado em processo criminal pela prática de crime de natureza dolosa e nem possuir antecedentes criminais ou policiais incompatíveis com a carreira militar”.

Analisando a elaboração dos editais relativos ao processo de seleção no âmbito da corporação, evidencia-se claramente a intenção do administrador público

em eleger virtudes desejáveis ao futuro policial militar. Tais exigências visam a natureza das atribuições do cargo, as responsabilidades decorrentes e demais características inerentes à carreira miliciana. Em vista destas qualidades, serão estabelecidos requisitos de participação, bem como os critérios de julgamento.

Relativamente ao princípio da motivação na esfera administrativa, discorre habilmente di Pietro (2004, p.49):

O **princípio** da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de Legalidade dos atos administrativos.

Na Constituição Federal, a exigência de motivação consta expressamente apenas para as decisões administrativas dos Tribunais (art. 93, X), não havendo menção a ela no artigo 37, que trata da Administração Pública, provavelmente pelo fato dela já ser amplamente reconhecida pela doutrina e jurisprudência Di Pietro (2004, p.49).

A motivação, em regra, não exige formas específicas, podendo ser ou não concomitante com o ato, além de ser feita, muitas vezes, por órgão diverso daquele que proferiu a decisão. Frequentemente, a motivação consta de pareceres, informações, laudos, relatórios, feitos por outros órgãos, sendo apenas indicados como fundamento da decisão. Nesse caso, eles constituem a motivação do ato, dele sendo parte integrante.

Igualmente é indispensável que os critérios para a seleção dos candidatos sejam definidos considerando o fim a que se destina o concurso.

Sem dúvida, o concurso público é norteado, enquanto procedimento a uma finalidade imediata, qual seja, a melhor escolha entre os candidatos habilitados; constitui efetivamente o resultado que a Administração Pública pretende alcançar com tal ato administrativo.

Todavia o administrador não pode perder de vista o seu objetivo remoto, *in casu*, a consecução do seu fim maior, que é interesse público. Para isto, lhe é

conferida a devida supremacia, quando de encontro a interesses individuais, sempre sob auspícios do controle judicial de seus atos administrativos.

Neste condão, afirma o jurista Mello (2004, p.87-90), acerca da supremacia do interesse público:

Como expressão desta supremacia, a Administração, por representar o interesse público, tem a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante *atos unilaterais*. Tais atos são *imperativos* como quaisquer atos do Estado. Demais disso, trazem consigo a decorrente *exigibilidade*, traduzida na previsão *legal* de sanções ou providências indiretas que induzam o administrado a acatá-los. Muitas vezes ensejam, ainda, que a própria Administração possa, por si mesma, executar a pretensão traduzida no ato, sem necessidade de recorrer previamente às vias judiciais para obtê-la. E a chamada *auto-executoriedade* dos atos administrativos.

Também por força desta posição de supremacia do interesse público e — em consequência — de quem o representa na esfera administrativa, reconhece-se à Administração a possibilidade de *revogar* os próprios atos inconvenientes ou inoportunos, conquanto dentro de certos limites, assim como o *dever de anular* os atos inválidos que haja praticado. E o *princípio da autotutela* dos atos administrativos.

Em todos os casos, a ameaça ou a incorreta utilização de quaisquer destas prerrogativas podem ser judicialmente corrigidas, preventiva ou repressivamente, conforme o caso, sobretudo pelo *habeas corpus*, quando ofensivas à liberdade de locomoção (art. 5º, LXVIII, da Constituição), e nos demais casos pelo mandado de segurança individual, ou coletivo se for a hipótese (art. 5º, LXIX e LXX), ou mesmo por medidas possessórias, tratando-se de defender ou retomar a posse.

Convém reiterar, e agora com maior detença, considerações dantes feitas, para prevenir intelecção equivocada ou desabrida sobre o alcance do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado na esfera administrativa. A saber: as prerrogativas que nesta via exprimem tal supremacia não são manejáveis ao sabor da Administração, porquanto esta jamais dispõe de “poderes”, *sic et simpliciter*. Na verdade, o que nela se encontram são “deveres-poderes”, como a seguir se aclara. Isto porque a atividade administrativa é desempenho de “função”.

Tem-se função apenas quando alguém está assujeitado ao *dever* de buscar, no *interesse de outrem*, o atendimento de certa finalidade. Para desincumbir-se de tal dever, o sujeito de função necessita manejar **poderes**, sem os quais não teria como atender à finalidade que deve perseguir para a satisfação do interesse alheio. Assim, ditos poderes são irrogados, única e exclusivamente, para propiciar o cumprimento do dever a que estão jungidos; ou seja: são conferidos como *meios* impostergáveis ao preenchimento da finalidade que o exercente de função deverá suprir.

Visto que na idéia de função o dever é que é predominante; visto que o poder a ele ligado cumpre papel *instrumental*, *ancilar*, percebe-se também que os “poderes” administrativos, em cada caso, não têm por que comparecer além da medida necessária para o suprimento da finalidade que os justifica.

Assim, nas situações concretas hão de ser compreendidos exegeticamente reconhecidos e dimensionados, tomando-se por gabarito máximo o **quantum** indispensável para a satisfação do escopo em vista do qual foram instituídos.

Em suma: os “poderes” administrativos — na realidade, deveres-poderes—

só existirão — e, portanto, só poderão ser validamente exercidos — na extensão e intensidade **proporcionais** ao que seja irrecusavelmente requerido para o atendimento do escopo legal a que estão vinculados.”

Sendo os princípios atendidos até agora vistos, a estrutura do concurso público sedimenta-se nas previsões constitucionais aludidas no artigo 37, *caput* da Constituição Federal. Portanto, seus critérios devem possuir lógica e coerência, vez que suas exigências são razoavelmente justificadas. Com maestria expõe Mello (2004, p. 99) quanto à obediência do Princípio da Razoabilidade:

Enuncia-se com este princípio que a Administração, ao atuar no exercício de discricção, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitosa das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. Vale dizer: pretende-se colocar em claro que não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas e, portanto, jurisdicionalmente invalidáveis —, as condutas desarrazoadas, bizarras, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei atributiva da discricção manejada.

É óbvio que uma providência administrativa desarrazoada, incapaz de passar com sucesso pelo crivo da razoabilidade, não pode estar conforme à finalidade da lei. Onde, se padecer deste defeito, será, necessariamente, violadora do princípio da finalidade. Isto equivale a dizer que será ilegítima, conforme visto, pois a finalidade integra a própria lei. Em consequência, será anulável pelo Poder Judiciário, a instâncias do interessado.

4 O PROCESSO DE SELEÇÃO NA PMPR

Na Polícia Militar do Paraná, essa atividade é desempenhada pelo Centro de Recrutamento e Seleção, órgão de apoio da Diretoria de Pessoal, criado pelo Decreto estadual nº. 16.316, de 27 de outubro de 1964, que tem sob sua responsabilidade a execução da política de aumento e recompletamento do efetivo, estabelecida pelo Comando-Geral, com base nas necessidades de recursos humanos na Corporação aferida pela 1ª. Seção do Estado-Maior da PMPR.

O aumento do efetivo ocorre por autorização do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Comandante-Geral (Lei estadual no. 14.696 de 11 de maio de 2005 — Lei de Fixação do Efetivo).

O recompletamento do efetivo é a atividade que se destina a preencher os claros decorrentes da evasão de pessoal por motivos de exclusões a pedido e disciplinares, passagem para a reserva remunerada e não remunerada, reforma, falecimentos e transferências em razão de concursos públicos estaduais e aumento do efetivo previsto.

4.1 FASES DO CONCURSO

a) Autorização governamental através de Decreto;

- A PM/1 realiza estudo com relação ao número de vagas em aberto e encaminha ao CG;

- O Comando-Geral encaminha ofício ao Governo do Estado solicitando a abertura de concurso público para preenchimento das vagas;

b) Elaboração do Edital;

- O Centro de Recrutamento e Seleções, a Consultoria Jurídica e a PM/I, em conjunto, elaboram minuta de Edital para aprovação pelo CG;

- Publicação em DOE do Edital pelo CRS;

c) Divulgação de abertura do Concurso:

- Nota da 5ª Seção do Estado-Maior Geral para os principais meios de comunicação existentes no Estado, divulgando o concurso;

- Inclusão no *site* da PMPR, de link contendo informações sobre o Concurso pelo CRS através da DTI;

d) Inscrições:

- Em conformidade com o Edital (CRS ou terceirizado);
- Publicação em DOE contendo a relação dos inscritos;
- Realização do exame intelectual;
- Composição das Bancas Examinadoras, as quais são publicadas em BCG através de Portarias elaboradas pelo CRS;

e) O resultado das provas é divulgado pelo CRS no site da PMPR;

f) Convocação dos aprovados para realização dos os Exames: Psicológico, Saúde, Capacidade Física e Informática, realizados pelo CRS através das Bancas Examinadoras, designadas antes das provas do Concurso;

g) A pesquisa Social e Documental é realizada pela 2ª Seção do Estado-Maior da PMPR;

h) O resultado da Pesquisa Social é divulgado através do edital e publicação em DOE e no *site* da PMPR;

i) O resultado final, com a convocação para inclusão, é divulgado através de edital e publicado em DOE e no *site* da PMPR;

j) Inclusão;

- Recebimento de documentos exigidos para inclusão;
- Análise dos documentos recebidos;
- Elaboração da ficha de inclusão individual e assinatura do candidato;
- Elaboração da Portaria, para publicação em Boletim do Comando-Geral, da inclusão de civis;

- Publicação em Diário Oficial do Estado;

l) Prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.

A seleção de pessoal no serviço público tem por escopo a triagem, por meio de provas intelectuais e critérios objetivos, dos mais capacitados candidatos dentre aqueles que demandaram as vagas ofertadas. Desta feita, quanto melhores forem os candidatos escolhidos, mais facilmente alcançar-se-á um serviço de qualidade prestado à sociedade; por conseqüência, é atendido inequivocadamente o princípio da eficiência, estatuído no artigo 37, em seu caput, da Constituição Federal.

Na doutrina jurídica, Moraes (2003, p.75), ao versar sobre o conceito do princípio da eficiência, manifesta-se:

Assim, *princípio da eficiência* é aquele que impõe à Administração Pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para a melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdícios e garantir-se uma maior rentabilidade social. Note-se que não se trata da consagração da tecnocracia, muito pelo contrário, o *princípio da eficiência* dirige-se para a razão e fim maior do Estado, a prestação dos serviços sociais essenciais à população, visando a adoção de todos os meios legais e morais possíveis para satisfação do bem comum:

Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que o *princípio da eficiência* “impõe ao agente público um modo de atuar que produza resultados favoráveis à consecução dos fins que cabem ao Estado alcançar”, advertindo, porém, que “a eficiência é princípio que se soma aos demais princípios impostos à Administração, não podendo sobrepor-se a nenhum deles, especialmente ao da legalidade, sob pena de sérios riscos à segurança jurídica e ao próprio Estado de Direito.

4.2 ATRIBUTOS PESSOAIS PARA O INGRESSO

Atualmente a conjuntura social, nos seus aspectos econômicos e culturais delinea o campo das profissões, imprimindo características peculiares a cada atividade laboral. O momento histórico traz diversas nuances de um cenário crítico e grave que envolve a segurança pública no país.

As força policiais são cada vez mais cobradas neste difícil desempenho do papel de defensora da sociedade, e com isso o profissional desta área, muito discutida na mídia e no seio das comunidades, é lançado ao desejo de servir e proteger. Tarefa árdua, muitas vezes menosprezada e mal reconhecida.

Como consequência, é imprescindível a vocação para a carreira policial militar, repleta de privações, sacrifícios e superações de toda ordem. Igualmente, faz-se necessário compor os quadros de pessoal com cidadãos capacitados intelectualmente, determinados e possuidores de idoneidade moral, para enfrentar vicissitudes em um meio social, por vezes corrompido e marginalizado.

É conveniente registrar aqui o que infere o ilustre Valla (2006, p. 46)

Em todas estas instâncias há necessidade do policial-militar ajustar as ações aos padrões de moralidade explícitas, que comprometam o estímulo da ética da qualidade de vida, da disciplina elevada, do respeito aos direitos humanos, à cidadania e à concepção contemporânea e atual da democracia. Nesta maneira de ser, a

honradez, a honestidade, o zelo, além de outras virtudes que servem de base a todos os ofícios, embora importantes, não devem se constituir em virtudes excepcionais ou valores proeminentes, mas apenas em atributos indispensáveis como pré-requisitos para participar da vida pública e devem centralizar o interesse da seleção dos pretendentes ao ingresso na Corporação. Ser honesto é a primeira obrigação de qualquer pessoa. Ora, quem não for dotado de um mínimo de honestidade e honradez, não poderia transpor o portal de uma organização policial, quanto mais integrar seus quadros.

A atuação do policial militar mediante o exercício de sua autoridade, principalmente nas comunidades menos populosas carece de respeito e do reconhecimento da população, fatores essenciais para a efetividade das ações de polícia.

A conquista desta legitimação dá-se incontestemente pelo bom exemplo revelado na retidão moral, que abrangendo a vida privada e por sua conduta irrepreensível, trabalhada em todos os momentos. Nota-se, então, a justificada exigência da idoneidade moral para ingresso na instituição policial militar.

Da mesma forma que exige-se dos candidatos pré-requisitos relacionados à condição física, intelectual e emocional, faz parte deste rol os atributos e características que expressem as qualidades morais. Sem preciosismo, busca a Administração Pública zelar pela formação do seu quadro de pessoal.

O “munus público” atribuído assodadamente a pessoas de caráter temerário, implica em um comprometimento do serviço público. Muito mais, quando tais atividades tratam de assuntos relativos à segurança pública, trazendo consigo grandes riscos para a população.

É mister frisar os deveres e responsabilidades dos policial-militares estatuídos na Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, a qual *in verbis* assim grafa:

Dos Deveres e Responsabilidades

Capítulo 1- Dos deveres

Art 102- São deveres do militar:

- a) garantir, na esfera de suas atribuições, a manutenção da ordem pública e defender o País, em caso de agressão, especialmente quando convocado na forma estabelecida pelas leis federais e estaduais em vigor;*
- b) exercer, com dignidade e eficiência, as funções que lhes forem atribuídas;*
- c) cumprir e fazer cumprir as leis, regulamentos, instruções e ordens emanadas de autoridades competentes;*
- d) zelar pela honra e reputação da sua classe, observando comportamento irrepreensível na vida pública e particular, e cumprir com exatidão seus deveres para com a sociedade;*
- e) acatar a autoridade civil;*
- f) satisfazer com pontualidade os compromissos pecuniários assumidos e garantir a assistência moral e material de seu lar;*
- g) ser discreto em suas atitudes e maneiras e abster-se de, em público, fazer comentários ou referir-se a assunto técnico, de serviço ou disciplinar,*

seja ou não de caráter sigiloso;

h) ser obediente às ordens de seus superiores hierárquicos, mediante rigorosa observância dos regulamentos, empregando toda a sua vontade e energia em benefício do serviço;

i) estar preparado física, moral e intelectualmente para o perfeito desempenho de suas funções; e

j) ser leal em todas as circunstâncias.

Vinculados aos valores profissionais estão expressos os deveres éticos e a estes os compromissos e as obrigações cujo objetivo maior, além de conduzir o homem a agir de acordo com normas preestabelecidas, é garantir a qualidade eficaz de trabalho calcado esteticamente na cultura de hierarquia e disciplina e eliminar conflitos, evitando que se macule o bom nome e o conceito social da Corporação e de seus integrantes. Essas normas são formuladas sob o signo da **RETIDÃO MORAL cuja aceitação formal e solene impõe ao indivíduo e à classe a **VIVÊNCIA DE CONDUTAS IRREPREENSÍVEIS**, tanto na vida profissional como na vida particular. Tais **critérios de condutas devem estar sustentadas nas virtudes militares**, como já visto, naquelas disposições interiores que presidem os costumes e os procedimentos militares em relação às pessoas, à sociedade, à Instituição e à Pátria, tais como: a própria disciplina, o respeito e consideração, a justiça, a força de vontade, a camaradagem, o sentimento do dever, a obediência às leis, o devotamento infatigável de tempo integral e de dedicação exclusiva, a competência, a obediência, a pontualidade e presteza, a veracidade, a disponibilidade, a incorruptibilidade, a decência e, principalmente, reveladas no AMOR à Polícia Militar. (Valla, 2006, p. 61)**

Diferentemente das carreiras civis, a profissão policial militar caracteriza-se pelo cumprimento de uma série de deveres. E esta fiel observância garante a perpetuação dos valores da hierarquia e disciplina, próprios das organizações desta estirpe. Há pessoas que trazem consigo, pela formação e educação adquiridas, qualidades propícias para o respeito dos deveres militares. Contudo, em outros indivíduos não se acha a mesma disposição, muitas vezes demonstrando tal tendência tanto por suas atitudes ou conflitos, quanto pela dificuldade em atendimento de regras sociais ou até mesmo de obrigações legais. Seguindo a linha de pensamento desenvolvida por VALLA (2006, p. 85), o qual aponta:

Ipso facto, aquele que desejar ingressar nas fileiras de uma corporação militar precisa estar muito bem consciente do compromisso e dos respectivos deveres, porquanto, na vida profissional terão que ser exercidos e praticados com responsabilidades que transcendem, em muito, as referências legais ou regulamentares formais. Por isso, ninguém compreenderá — com a mais forte razão — um militar desrespeitando ou deixando de desempenhar seus próprios deveres, incluindo-se os de ordem privada.

Todas essas particularidades acima evidenciadas, partindo-se de exigências oficiais, conduzem o miliciano não apenas na direção de deveres específicos, como também, na orientação de uma moral e ética próprias. Moral que, por sua vez, corresponde a um padrão de

comportamento irrepreensível a presidir as ações —privadas ou profissionais — segundo as exigências da carreira militar. Carreira essa, extraordinariamente definida como: *“A carreira militar não é uma atividade inespecífica e descartável, um simples emprego, uma ocupação, mas um ofício absorvente e exclusivista que nos condiciona e autolimita até o fim. Ela não nos exige as horas de trabalho da lei, mas todas as horas da vida, nos impondo também nossos destinos. A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre.*

5 A INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Constitui o método (atividade especializada) de levantamento e de apuração de informações acerca da vida pregressa, idoneidade moral e conduta social dos candidatos ao ingresso na PMPR; visando apontar aqueles que possuam condições favoráveis a sua admissão no serviço público. Ou seja, tem por finalidade conhecer as pessoas que se habilitam aos concursos públicos, verificando e avaliando a viabilidade da seleção destas.

- Vida pregressa: conjunto de registros processuais, criminais, infracionais e demais dados que possibilitem uma análise apurada sobre fatos que desabonem o indivíduo.

- Conduta social: Observa-se se o candidato pauta-se por um comportamento irrepreensível no meio social em que vive. Espera-se que suas atitudes norteiam-se pela sobriedade e respeito nas relações sociais do dia-a-dia, portando-se de maneira educada, cordial e responsável perante a comunidade.

- Idoneidade moral: valor intrínseco, busca-se a qualidade da retidão no modo de proceder, caracterizada pela adoção de uma postura ética. A exigência do indivíduo que aspira ao cargo público possuir idoneidade moral significa de que ele respeita, em sua vida privada, uma moralidade semelhante a que dele será exigida, durante o desempenho de suas funções, na esfera pública. Indubitavelmente tal requisito vai perfeitamente ao encontro do princípio da moralidade administrativa, positivado no artigo 37, “caput” da Constituição Federal de 1988, conforme Mello (2004, p.109).

De acordo com ele, a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. Violá-los implicará violação ao próprio Direito, configurando *ilicitude* que assujeita a conduta viciada a invalidação, porquanto tal princípio assumiu foros de *pauta jurídica*, na conformidade do art. 37 da Constituição. Compreendem-se em seu âmbito, como é evidente, os chamados princípios da *lealdade* e *boa-fé*, tão oportunamente encarecidos pelo mestre espanhol Jesús Gonzáles Peres em monografia preciosa.²⁶ Segundo os cânones da lealdade e da boa-fé, a Administração haverá de proceder em relação aos administrados com sinceridade e lha-neza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de

malícia, produzido de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por parte dos cidadãos.

Por força mesmo destes princípios da lealdade e boa-fé, firmou-se o correto entendimento de que orientações firmadas pela Administração em dada matéria não podem, sem prévia e pública notícia, ser modificadas em casos concretos para fins de sancionar, agravar a situação dos administrados ou denegar-lhes pretensões, de tal sorte que só se aplicam aos casos ocorridos depois de tal notícia.

Acresça-se que, nos termos do art. 85, V, da Constituição, atentar contra a "probidade na administração" é hipótese prevista como crime de responsabilidade do Presidente da República, fato que enseja sua destituição do cargo. De resto, os atos de improbidade administrativa dos servidores públicos "imporão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível" (art.37, § 4º).

Tal atividade é previamente estabelecida em edital, como fase integrante do processo seletivo, a qual é desenvolvida após o resultado do certame, portanto recairá sobre os aprovados (titulares e suplentes), podendo estender-se, por grau de complexidade e aprofundamento até o período de formação dos futuros policial-militares.

Assim como o edital observa o princípio da publicidade dos atos administrativos, aperfeiçoando-os do ponto de vista leal, deve-se igualmente dar conhecimento através de norma específica, que verse o mais detalhadamente quanto possível sobre a investigação social.

Tal normativa propiciará aos candidatos tomar a devida ciência em relação ao alcance e parâmetros a serem seguidos durante a realização da investigação social, bem como orientará os agentes públicos responsáveis por sua consecução, prevendo nos casos de contra-indicação o procedimento a ser adotado pela comissão de concurso.

Salienta-se, neste momento, a exigibilidade do princípio da publicidade desta seqüência de atos, lição muito bem ministrada por Mello, (2004, p.105) que, referindo-se ao citado preceito, relata:

Consagra-se nisto o dever administrativo de manter plena transparência em seus comportamentos. Não pode haver em um Estado Democrático de Direito, no qual o poder reside no povo (art. 1º, parágrafo único, da Constituição), ocultamento aos administrados dos assuntos que a todos interessam, e muito menos em relação aos sujeitos individualmente afetados por alguma medida.

Tal princípio está previsto expressamente no art. 37, *caput*, da Lei Magna, ademais de contemplado em manifestações específicas do direito à *informação* sobre os assuntos públicos, quer pelo cidadão, pelo só fato de sê-lo, quer por alguém que seja pessoalmente interessado. E o que se lê no art. 5º, XXXIII (direito à informação) e XXXIV, “b”, este último para o caso específico de certidão (a ser expedida no prazo máximo de 15 dias, conforme a Lei 9.051, de 18.5.95) para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. Além disso, o mesmo art. 5º, no inciso LXXII, confere a garantia do *habeas data* para assegurar judicialmente o conhecimento de informações relativas ao impetrante que constem de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de âmbito público, bem como para retificação de dados que neles estejam armazenados.

Na esfera administrativa o sigilo só se admite, a teor do art. 5º, XXXIII, precitado, quando “imprescindível à segurança da Sociedade e do Estado”.

5.1 ENFOQUE

Para fins de investigação social, são fatos e aspectos que comprometem a conduta social e idoneidade moral e a vida pregressa, a serem apurados e analisados durante a realização da Investigação Social:

- Prática de atos atentatórios às instituições constituídas.
- Desrespeito das convenções sociais ou atos emanados das autoridades competentes.
- Envolvimento com pessoa ou grupo de pessoas relacionadas com o cometimento de crimes ou atos ofensivos a moral.
- Comportamento pessoal que afete a moral ou os bons costumes.
- Inobservância contumaz da pontualidade e assiduidade funcional.
- Falta de discrição ou pudor manifestado no meio social.
- Descumprimento dos deveres políticos e cívicos.
- Frequência habitual de locais não condizentes com o decoro da classe policial militar.
- Participação, mesmo que indireta, de grupo cujo funcionamento a lei proíbe.

- Prática reiterada de infrações administrativas ou funcionais; principalmente àquelas que impliquem em transgressão da ética.

- Uso de droga ilícita.

- Abuso de bebidas alcoólicas.

- Indiciado em inquérito policial, acusado, denunciado ou condenado em processo criminal ou infracional, verificado o seu grau de envolvimento, tipo e natureza do fato.

5.2 FASES DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

A investigação social enquanto procedimento é estruturada nas seguintes fases:

5.2.1 – Recebimento pela 2ª Seção do E.M. das listas de aprovados no concurso, incluindo os considerados suplentes;

Observação: quanto ao número de candidatos selecionados, os quais serão submetidos a Investigação Social, deve constituir uma margem de segurança, uma vez que muitos candidatos serão eliminados por motivos variados nas diferentes etapas do concurso; e ainda, devido ao fato da Investigação Social demandar um período relativamente longo para a sua conclusão;

5.2.2 – Distribuição aos candidatos para preenchimento dos “formulários de dados biográficos”, para juntada de cópia do histórico escolar autenticada e para anexar fotos recentes; será determinado pela comissão organizadora do concurso prazo razoável para devolução dos Formulários de Dados Biográficos;

5.2.3 – Recebimento e análise dos Formulários de Dados Biográficos, para que sejam estabelecidos os critérios de distribuição;

5.2.4 – Pesquisa e consulta dos diversos bancos de dados disponíveis sobre antecedentes criminais e demais registros informatizados;

5.2.5 – Difusão de pedidos de buscas para: os diversos órgãos de inteligência componentes do subsistema de inteligência de segurança pública; as agências locais de inteligência e Subseção de Operações da A.C.I.;

5.2.6 – Recebimento e análise das respostas (relatórios de inteligência e relatório de missão) dos pedidos de busca;

5.2.7 – Nomeada Comissão de Investigação Social para avaliar os resultados do processo;

5.2.8 – Conclusão e envio dos pareceres ao presidente da comissão de concurso de forma reservada;

5.2.9 – Divulgação dos resultados da Investigação Social.

5.3 CONTRA-INDICAÇÃO

Constitui parecer elaborado pela 2ª Seção do Estado Maior da PMPR, responsável pela investigação social, constando de modo circunstanciado, os motivos e fatos pelos quais opina pela desclassificação de candidato. Este resultado deve ser encaminhado para apreciação e deliberação por parte da comissão diretiva do respectivo certame.

Muito embora, como frisado oportunamente, todos os atos administrativos necessitem de publicidade, no caso específico da contra-indicação, por ela interferir muitas vezes direta ou indiretamente na vida privada, alcançando a honra e a intimidade da pessoa, terá caráter sigiloso em seu conteúdo.

Nesta esteira tornar-se-á público apenas o nome do candidato contra-indicado, restringindo-se o teor do parecer motivador da decisão desfavorável. Todavia poderá, a requerimento do próprio interessado, conceder-se acesso à

conclusão da investigação social, isto fornecido pela 2ª Seção do E.M., bem como poderá interpor recurso administrativo para a comissão de concurso. Omitir ou faltar com a verdade no preenchimento do formulário de dados biográficos poderá ser considerado motivo pra a contra-indicação do candidato, analisados a gravidade do fato e o prejuízo causado à investigação social.

Após a publicação da contra-indicação, esta fará parte do conjunto de documentos relativos ao candidato alvo da investigação social, devendo, após registrados, ser arquivados na 2ª Seção do E.M., classificados quanto ao grau de sigilo exigido.

Na confecção do parecer que trata da contra-indicação, o responsável deverá avaliar os fatos, circunstâncias e conduta que se relacionam com o candidato, valorando as conseqüências morais dessas implicações. Para tanto, será norteado pela imparcialidade e pelo princípio da proporcionalidade, que, conforme ensina Mello (2004, p.101) define-se:

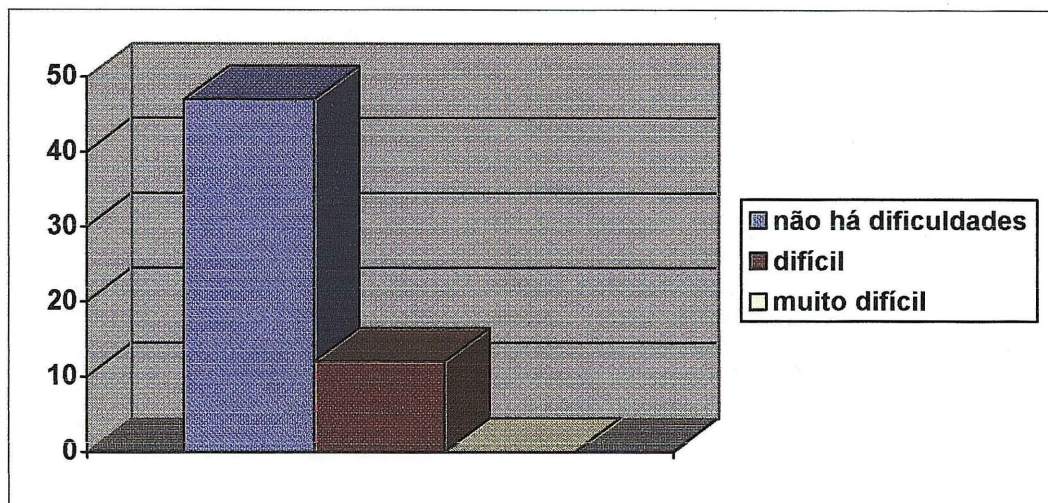
Este princípio enuncia a idéia — singela, aliás, conquanto freqüentemente desconsiderada — de que as competências administrativas só podem ser *validamente* exercidas na *extensão* e *intensidade* proporcionais ao que seja realmente demandado para cumprimento da finalidade de interesse público a que estão atreladas. Segue-se que os atos cujos conteúdos ultrapassem o necessário para alcançar o objetivo que justifica o uso da competência ficam maculados de ilegitimidade, porquanto desbordam do âmbito da competência; ou seja, superam os limites que naquele caso lhes corresponderiam.

Sobremodo quando a Administração restringe situação jurídica dos administrados além do que caberia, por imprimir às medidas tomadas uma intensidade ou extensão supérfluas, prescindendas, ressalta a ilegalidade de sua conduta. É que ninguém deve estar obrigado a suportar constrições em sua liberdade ou propriedade que não sejam indispensáveis à satisfação do interesse público.

Logo, o *plus*, o excesso acaso existente, não milita em benefício de ninguém. Representa, portanto, apenas um agravo inútil aos direitos de cada qual. Percebe-se, então, que as medidas desproporcionais ao resultado legitimamente alvejável são, desde logo, condutas ilógicas, incongruentes. Ressentindo-se deste defeito, além de demonstrarem menoscabo pela situação jurídica do administrado, traindo a persistência da velha concepção de uma relação soberano-súdito (ao invés de Estado-cidadão), exibem, ao mesmo tempo, sua *inadequação* ao escopo legal. Ora, já se viu que inadequação à finalidade da lei é inadequação à própria lei. Donde, atos desproporcionais são ilegais e, por isso, fulmináveis pelo Poder Judiciário, que, sendo provocado, deverá invalidá-los quando impossível anular unicamente a demasia, o excesso detectado.

6 RESULTADOS DA CONSULTA AOS AGENTES DE INTELIGÊNCIA

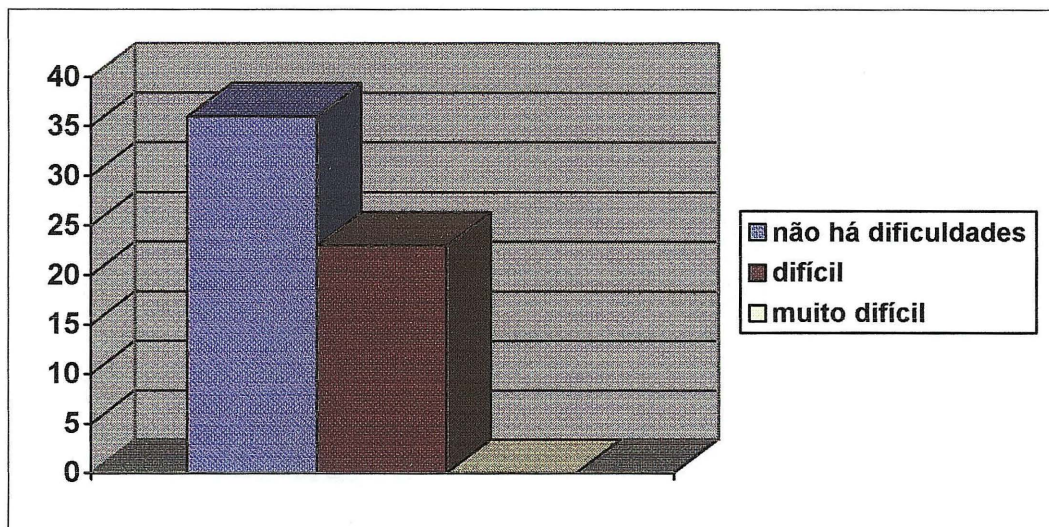
GRÁFICO 1 - NA LOCALIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS DOS CANDIDATOS, CONSTANTES DOS CROQUIS E INDICAÇÕES DOS FORMULÁRIOS DE DADOS BIOGRÁFICOS, QUANTO AO GRAU DE DIFICULDADE ENCONTRADO



FONTE: Pesquisa de Campo

De uma forma lógica, as equipes do serviço de inteligência iniciam as diligências pela localização da residência do candidato. Hoje o sistema de arruamento e mesmo urbanização facilitam esta tarefa. Colaborando com este fato, a descrição mediante a elaboração dos croquis pelo próprio candidato contribui sobremaneira para uma rápida e eficiente localização do imóvel indicado. Desta feita, positivamente, constata-se um menor tempo gasto no cumprimento da diligência, somando-se ainda a uma economia de recursos materiais. Logo, o resultado alcançado em números de locais visitados é maior, com menor dispêndio financeiro. Ainda a possibilidade de não se encontrar a residência do candidato, implicaria um complicador para o início dos trabalhos de busca, já que a visita aos vizinhos depende da referência anterior ao endereço da pessoa investigada.

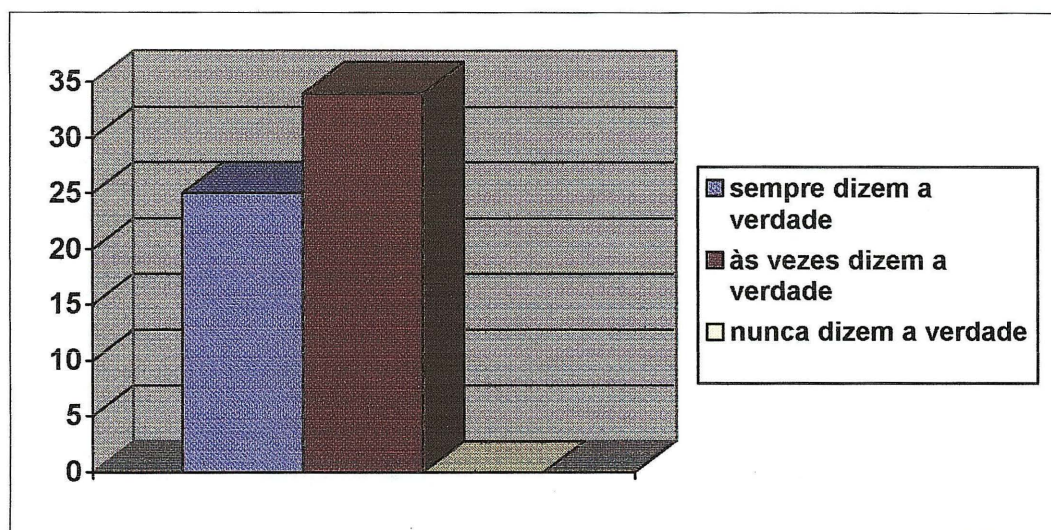
RÁFICO 2 - QUANTO À LOCALIZAÇÃO DE PESSOAS CITADAS COMO REFERÊNCIAS PELOS CANDIDATOS



FONTE: Pesquisa de Campo

Buscando um aperfeiçoamento do processo da investigação social, igualmente ao que ocorre em relação à localização do domicílio do candidato, analisado na questão anterior, atualmente a disponibilidade digital dos diversos mapas de ruas e logradouros para consulta permite agilidade e economia na realização deste tipo de diligência, propiciando o melhor emprego do tempo durante as entrevistas.

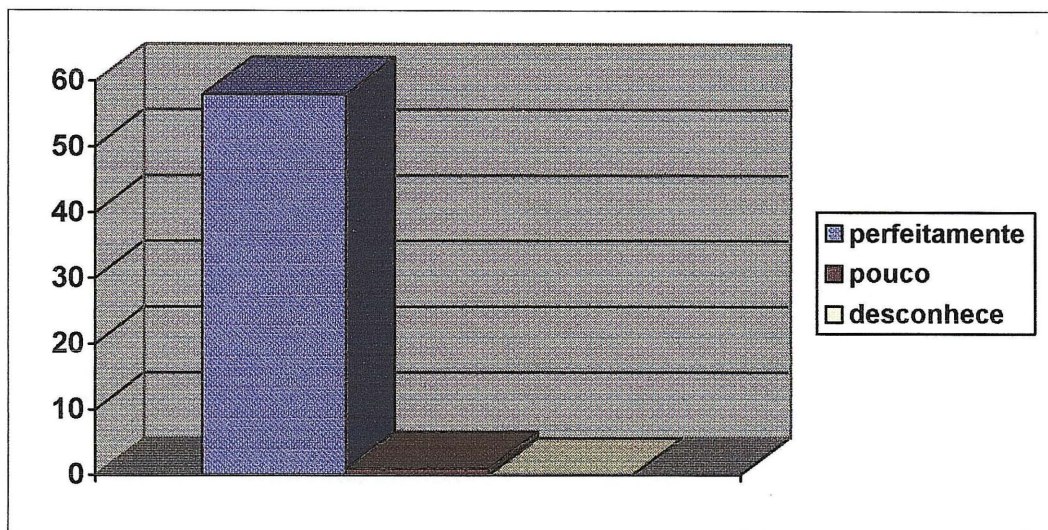
GRÁFICO 3 - SOBRE AS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELAS PESSOAS REFERIDAS PELOS CANDIDATOS NOS FORMULÁRIOS DE DADOS BIOGRÁFICOS, QUAL SUA IMPRESSÃO



FONTE: Pesquisa de Campo

Neste questionamento percebe-se uma tendência até certo ponto natural do ser humano, ou seja, para conquistar algo (cargo), ao descrever-se, a pessoa procura dar ênfase às suas qualidades, não sendo sincera sobre alguns fatos que poderiam ser interpretados em seu prejuízo. Todavia, antes do preenchimento da FDB, são informadas ao candidato as implicações que podem trazer a falta da verdade constatadas nas informações prestadas (nisto serão avaliadas tais atitudes de forma individualizada). Se as afirmações oferecidas pelos candidatos forem comprovadas como falsas, podem constituir em sua desclassificação, por ferir as premissas de lealdade e confiança.

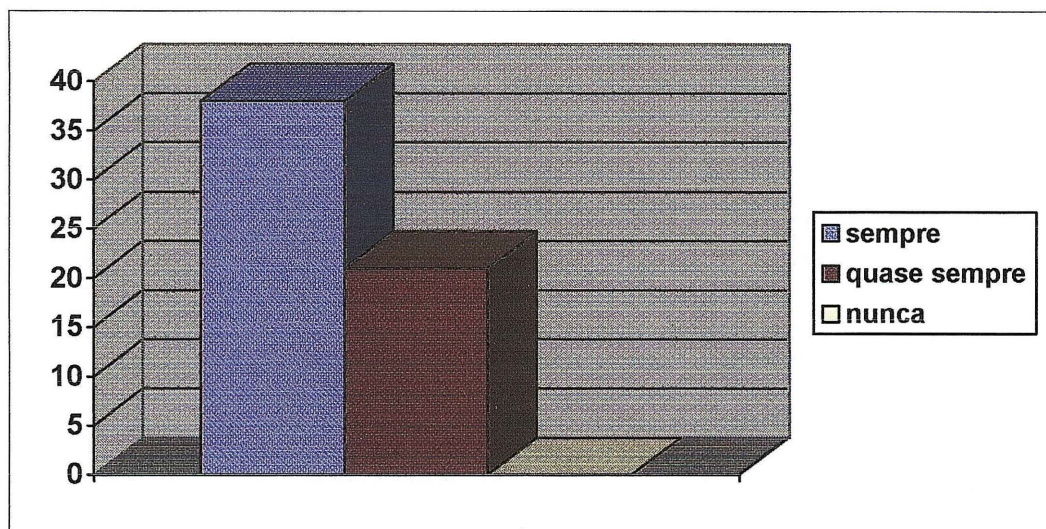
GRÁFICO 4 - SABE COMO DEVE PROCEDER AO RECEBER A INCUMBÊNCIA DE BUSCAR DADOS SOBRE OS CANDIDATOS AO INGRESSO NA PMPR



FONTE: Pesquisa de Campo

Seguindo fielmente um dos objetivos do presente trabalho científico, procurou-se o conhecimento prático acerca dos procedimentos que perfazem a investigação social, podendo inferir como decorrência da análise particular desta indagação: os agentes de inteligência, responsáveis pela consecução da investigação social, malgrado não disponham de treinamento específico ou normativa peculiar, desenvolvam suas tarefas baseadas no conhecimento empírico adquirido na rotina do serviço policial. Resta latente que, estes profissionais têm noção do resultado desejado pela investigação social e acredita saber como deve proceder para atingí-lo satisfatoriamente.

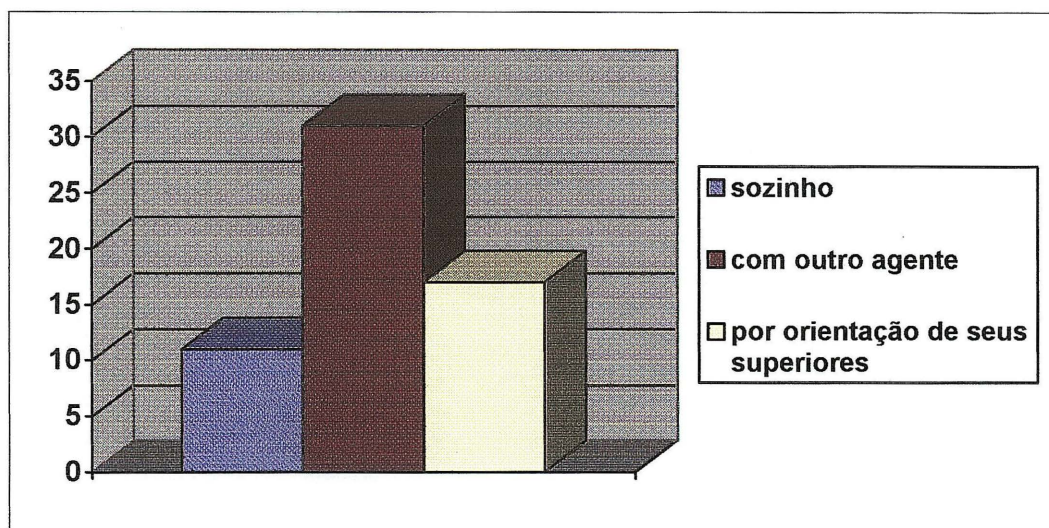
GRÁFICO 5 - É DEVIDAMENTE ORIENTADO COMO REALIZAR A INVESTIGAÇÃO SOCIAL SOBRE CANDIDATOS CIVIS



FONTE: Pesquisa de Campo

Destacam-se três características demonstradas nesta questão. A primeira, denotando a preocupação em orientar-se verbalmente acerca do desenvolvimento dos trabalhos alusivos a investigação social, mormente pela carência de normas escritas; a segunda característica, revela-se pelo comprometimento com o bom resultado da missão e a resposta aos pedidos de busca. Finalmente, uma das peculiaridades do sistema de inteligência, quando trata de técnicas operacionais, é a transmissão oral destes conhecimentos, legada a cada agente pela experiência de seus antecessores.

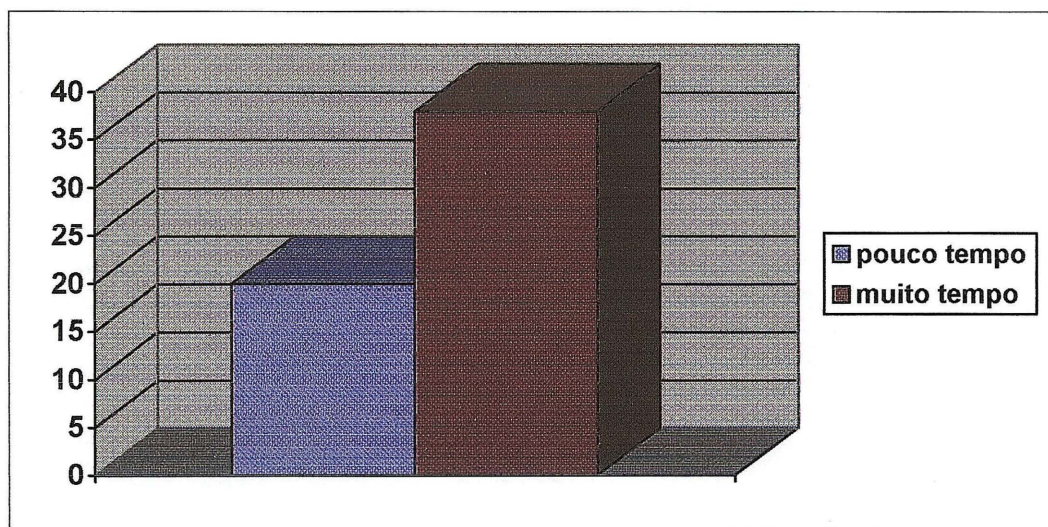
GRÁFICO 6 - COMO APRENDEU A FAZER A INVESTIGAÇÃO SOCIAL



FONTE: Pesquisa de Campo

A questão aludida procurou a ratificação da anterior realizada, corroborando de que o processo em estudo preferencialmente tem seu método de aprendizado informal. A escolha é justificada pela já citada falta de cursos freqüentes (especialização ou instrução de manutenção) ou diretriz específica.

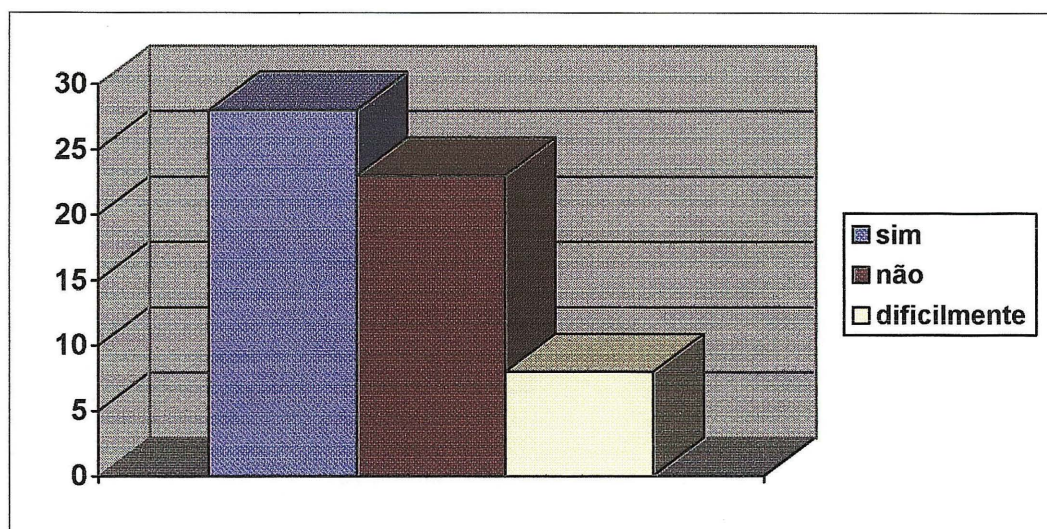
GRÁFICO 7 - EM RELAÇÃO AS SUAS TAREFAS DIÁRIAS, O TEMPO GASTO COM A REALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL



FONTE: Pesquisa de Campo

A racionalização do processo de investigação busca entre outros objetivos, a otimização do tempo. A definição clara de ações e a divisão lógica das tarefas tendem à obtenção de uma melhor produção de resultados, e pretendem não comprometer as demais atribuições diárias dos agentes de inteligência, tornando o processo mais dinâmico e eficiente.

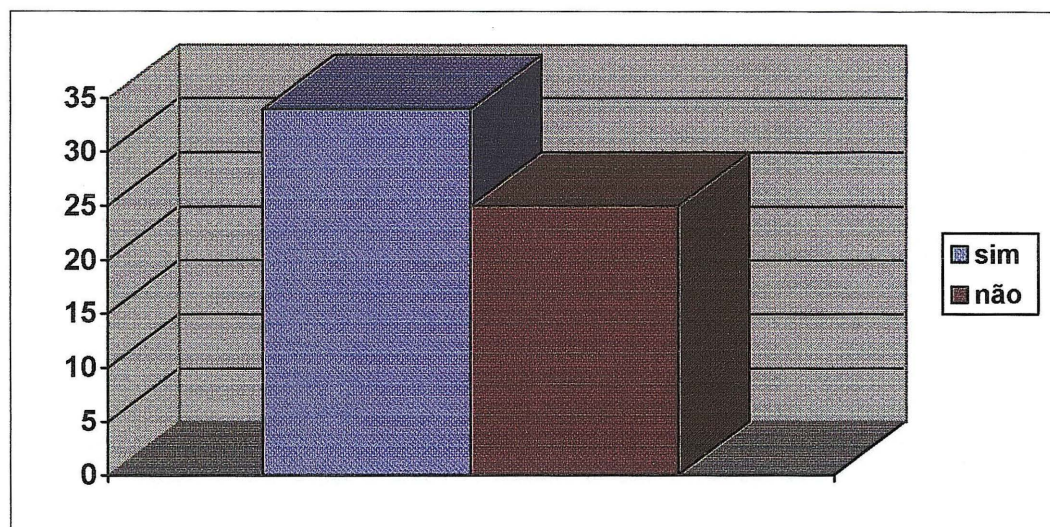
GRÁFICO 8 - ACREDITA QUE A INVESTIGAÇÃO SOCIAL IMPEDE O INGRESSO DE INDIVÍDUOS QUE APRESENTEM CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS PARA O BOM DESEMPENHO DA ATIVIDADE POLICIAL-MILITAR



FONTE: Pesquisa de Campo

Em face desta questão, os resultados apontam para a crença na efetividade do processo de investigação social; contudo, como reforço da idéia que a indeterminação de critérios objetivos na implementação das atividades inerentes a esta fase da seleção, pode causar a impressão de falta de eficácia, motivo pelo qual se observa que certa parcela dos entrevistados não acreditam que a investigação social impeça o ingresso de indivíduos que apresentem características indesejáveis para o bom desempenho da atividade policial-militar.

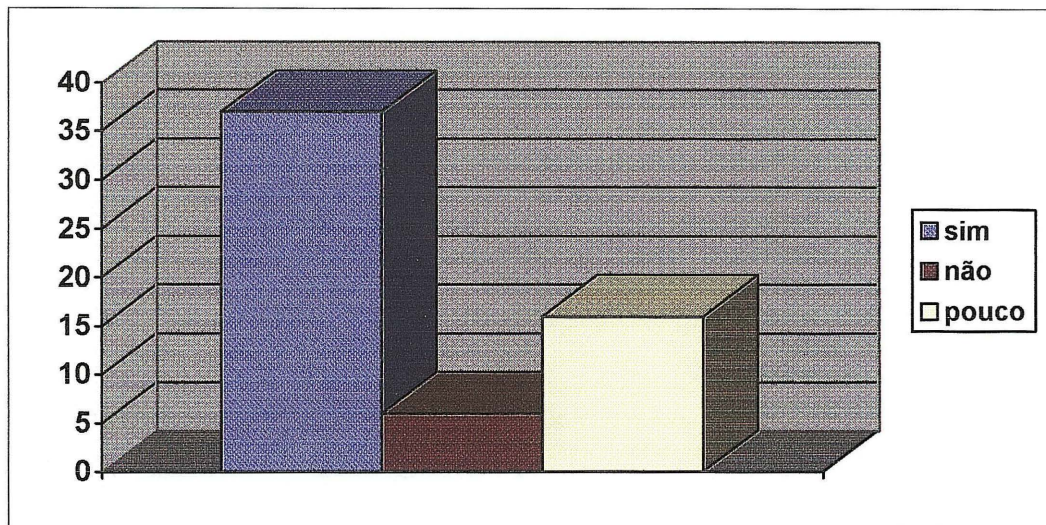
GRÁFICO 9 - SOUBE SE ALGUMA VEZ A INVESTIGAÇÃO SOCIAL RESULTOU EM DESCLASSIFICAÇÃO DE ALGUM CANDIDATO DURANTE A SELEÇÃO PARA ADMISSÃO DE PESSOAL



FONTE: Pesquisa de Campo

Consoante as respostas coletadas e sua pequena diferença percentual, sugere-se que os resultados obtidos pela investigação social desembocam no Centro de Recrutamento e Seleção e acabam, após ciência dos interessados, arquivados na 2ª seção do E.M. Portanto, não há um retorno, senão informal e eventual, do número de contra-indicações ou irregularidades identificadas e apuradas em determinado concurso.

GRÁFICO 10 - ACREDITA QUE A INVESTIGAÇÃO SOCIAL EFETIVAMENTE COLABORA PARA UMA MELHOR SELEÇÃO DO POLICIAL-MILITAR



FONTE: Pesquisa de Campo

Sem dúvida quando se acredita no resultado do trabalho que se faz, há um melhor desempenho e compromisso com os objetivos a serem alcançados. Conforme as respostas angariadas nessa derradeira questão, pode-se observar que, por si só, a realização sistemática da investigação social durante os processos seletivos de pessoal na Corporação previne a aventura de muitos civis que não apresentam qualidades mínimas para o ingresso. Do mesmo modo, não obstante as dificuldades encontradas para realização da investigação social e suas possíveis fragilidades, a sua existência colabora para uma melhor seleção do policial militar.

7 CONCLUSÕES

Primeiramente este trabalho teve como fonte de estudo os editais referentes aos concursos para admissão de pessoal nas fileiras da Polícia Militar do Paraná e a doutrina jurídica que trata dos princípios do Direito Administrativo. Atualmente a previsão formal para realização da Investigação Social encontra-se nos editais publicados por ocasião da feitura dos concursos públicos. Esta exigência soma-se a todos os outros requisitos discriminados e divulgados amplamente, cada qual pautado em uma razoável motivação.

Durante esta análise, encontrou-se suficiente amparo legal para a existência da Investigação Social, decorrente da necessidade de preservar-se no serviço público a moralidade administrativa e como forma de coibir a inserção nos quadros da milícia paranaense de pessoas de má índole ou de honestidade duvidosa. Embora inexistam normas definidas para a realização da pesquisa social, esta atividade é satisfatoriamente desenvolvida, mesmo que com certa dificuldade na sua execução. Serviram igualmente de objeto de estudo os formulários de dados biográficos utilizados na Investigação Social, de que se depreendem aquelas informações que fazem parte do interesse alvo da investigação, portanto merecedoras de atenção, aprofundamento e esclarecimento.

Através da pesquisa de campo, realizada por intermédio do questionário direcionado aos executores da Investigação Social, pôde-se chegar a resultados interessantes que validam o método hoje adotado na Corporação. Todavia, tal processo carece de uma previsão normativa que lhe oriente e o ampare do ponto de vista legal.

8 PROPOSTAS

Atendendo aos objetivos lançados preliminarmente neste estudo monográfico, é proposto a seguir um modelo de diretriz para colaborar com a realização da Investigação Social no âmbito da Corporação, estabelecendo de modo objetivo as providências necessárias para desenvolvimento do processo, descrevendo para isso as consultas e as diligências peculiares. Na mesma intenção, e mais adiante, elaborou-se um formulário de dados biográficos, inovando alguns questionamentos e eliminando outros, buscando um elenco mais moderno e útil para os usuários das informações coletadas. Longe de constituir-se um produto final, esta contribuição significa talvez um singelo passo para o aperfeiçoamento de mais um serviço indispensável e valioso, a qual de maneira inexorável beneficia a Corporação e por conseguinte toda a sociedade, destinatária da proteção policial.

**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR**

DIRETRIZ



“INVESTIGAÇÃO SOCIAL”

**CURITIBA - PARANÁ
2008**

**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR**

DIRETRIZ

“INVESTIGAÇÃO SOCIAL”

**CURITIBA – PARANÁ
2008**

ÍNDICE

1. FINALIDADE.....	36
2. REFERÊNCIA.....	36
3. OBJETIVOS	36
4. EXECUÇÃO.....	37
a. <u>Previsão</u>	37
b. <u>Composição</u>	37
c. <u>Duração</u>	37
d. <u>Abrangência</u>	37
e. <u>Contra-indicação</u>	38
f. <u>Consultas</u>	39
g. <u>Diligências</u>	41
5. PRESCRIÇÕES DIVERSAS	43
a. <u>Relatórios</u>	43
b. <u>Distribuição</u>	43
6. ANEXO.....	44

Continuação da Diretriz

PMPR

CURITIBA, 2008
DIRETRIZ

“DIRETRIZ DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL”

1. FINALIDADE:

Disciplinar os procedimentos relativos à Investigação Social como fase integrante do processo seletivo na Polícia Militar do Paraná.

2. REFERÊNCIA:

Constituição Federal;
Constituição do Estado do Paraná.

3. OBJETIVOS:

Apurar mediante métodos específicos da atividade de inteligência (coleta, busca, entrevista) as informações sobre os candidatos civis aprovados nos concursos para ingresso na corporação.

Verificar a veracidade dos dados/documentos fornecidos pelo candidato no formulário de dados biográficos.

Avaliar a vida pregressa, a conduta social e a idoneidade moral apresentadas pelos candidatos ao ingresso na carreira Policial-Militar.

Continuação da Diretriz

Padronizar os procedimentos a serem adotados pelos aplicadores da investigação social, estabelecendo critérios para elaboração dos pareceres conclusivos, inclusive quando for necessária a contra-indicação.

4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:**a. Previsão:**

A investigação social encontra amparo prévio nos editais concernentes às realizações de concursos para o ingresso na PMPR.

b. Composição:

O processo de investigação social será elaborado pela 2ª seção do EM (ACI) da Corporação e executado através das 2ª seções dos Comandos Intermediários (ARI), 2ª seções das Unidades Operacionais de Área (ALI) e estrutura operacional da própria Agência Central de Inteligência. (Também é realizado por outros órgãos e principalmente pelas co-irmãs (PM) de outros Estados da Federação.

c. Duração:

A investigação social terá seu início após a conclusão dos exames intelectuais do concursos da PMPR para admissão de pessoal. Portanto serão submetidos a investigação social aqueles candidatos aprovados na 1ª fase (provas escritas) e regularmente convocados para dar prosseguimento as demais etapas do certame; tal processo terminará com a apresentação dos resultados das diligências, podendo prolongar-se até o fim do período de formação.

d. Abrangência:

Para fins de investigação social, são fatos e aspectos que comprometem a conduta social e idoneidade moral e a vida pregressa:

I – Prática de atos atentatórios às instituições constituídas.

Continuação da Diretriz

II – Desrespeito das convenções sociais ou atos emanados das autoridades competentes.

III – Envolvimento com pessoa ou grupo de pessoas relacionadas com o cometimento de crimes ou atos ofensivos a moral.

IV – Comportamento pessoal que afete a moral ou os bons costumes.

V – Inobservância costumaz da pontualidade e assiduidade funcional.

VI - Falta de discrição ou pudor manifestado no meio social.

VII – Descumprimento dos deveres políticos e cívicos.

VIII – Frequência habitual de locais não condizentes com o decoro da classe policial militar.

IX – Participação, mesmo que indireta de grupos que a lei proíba seu funcionamento.

X – Prática reiterada de infrações administrativas ou funcionais; principalmente àquelas que impliquem em transgressão da ética.

XI – Uso de droga ilícita.

XII – Abuso de bebidas alcoólicas.

XII – Indiciado em inquérito policial, acusado/denunciado ou condenado em processo criminal ou infracional, verificado grau de envolvimento tipo e natureza do fato.

e. Contra-indicação:

Será considerado contra-indicado, especificamente quanto à fase de investigação social, o candidato que:

Continuação da Diretriz

I – Apresentar conduta ou fatos considerados como desabonadores detalhados nesta diretriz, constante de parecer motivado da comissão de investigação social, submetido à homologação do Presidente da comissão de concurso.

II – Omitir ou faltar com a verdade no preenchimento da no formulário de dados biográficos.

Após análise detalhada do caso que houver ensejado a contra-indicação, esta será encaminhada à comissão de concurso, por intermédio de parecer, propondo a desclassificação do candidato. Posterior à sua homologação, este resultado será desde logo publicado em Boletim Geral da PMPR, e no site de divulgação do concurso, indicado previamente em edital.

Tendo em vista o caráter sigiloso dos atos administrativos atinentes a esta etapa do processo seletivo, a publicidade dos resultados limitar-se-ão a referência nominal daqueles candidatos que obtiveram parecer desfavorável durante a investigação social. Tal restrição na divulgação, visa sobretudo evitar constrangimento ou violação da intimidade e do recato pessoal.

Não obstante a isto, todos os esclarecimentos convenientes serão prestados diretamente ao candidato eliminado, pela comissão de concursos, mediante requerimento formal do interessado, cuja resposta ocorrerá no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da apresentação do pedido.

Procedimentos para investigação social:

f. Consultas:

Obrigatoriamente, os responsáveis pela condução da investigação social, no tocante a vida pregressa, deverão consultar:

1) Arquivos policiais e criminais:

- a) Delegacias de Polícia onde o candidato residiu ou reside, abrangendo os últimos seis anos, com o envio de cópia da FDB para o órgão

Continuação da Diretriz

policial local, preferencialmente através dos canais utilizados pelo sistema de inteligência.

- b) Arquivos de investigação das Delegacias Especializadas da Polícia Civil.
- c) Arquivos de dados dos órgãos da inteligência das FFAA, Polícias Civis dos Estados, Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Departamento de Polícia Federal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Inteligência Policial da Secretaria de Estado de Segurança Pública.
- d) Institutos de Identificação dos Estados e da Federação em que o candidato reside ou residiu.
- e) Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública (INFOSEG).
- f) Varas Criminais Federais e Estaduais das comarcas onde o candidato reside ou residiu.
- g) Juizados Especiais Criminais.
- h) Varas de Execuções Penais.

2) Cartórios de Protestos de Títulos:

Verificação de registros sobre o candidato.

3) Serviços de Proteção ao Crédito:

Verificação de registros sobre o candidato.

4) Estabelecimento de Ensino:

Diligências junto às secretarias dos estabelecimentos de ensino, de nível médio, buscando informações acerca da autenticidade do diploma de con-

Continuação da Diretriz

clusão de curso, declarado pelo candidato no formulário de dados biográficos.

5) Referências Profissionais:

Consultar locais e empresas em que o candidato trabalha ou trabalhou.

g. Diligências:

Visando um melhor aprofundamento da investigação social serão realizadas diligências:

1) Diligências em endereços residenciais:

Baseia-se nas entrevistas de pessoas que forneçam dados a respeito do candidato abrangendo:

- Relacionamento com a vizinhança.
- O conceito que o candidato goza perante seus vizinhos, quanto ao seu comportamento. Características observadas em relação a sua agressividade, cordialidade e comunicabilidade.
- O padrão de vida que o candidato apresenta, sendo compatível ou não com o seu rendimento familiar.
- Quanto ao comportamento moral do candidato, verificando aspectos principalmente quanto a honestidade, aproveitando os relatos imparciais.
- Quais os hábitos sociais do candidato, vícios (drogas ilícitas e álcool), jogos de azar, bem como locais que costuma freqüentar socialmente.
- Verificar se existe pessoa que haja registrado queixa contra o candidato nos órgãos policiais ou judiciais.
- Se algum vizinho envolvido com delito, possui relacionamento próximo com o candidato.

Continuação da Diretriz

- Demais indagações úteis na avaliação do comportamento do candidato no contexto da vizinhança onde residiu ou reside, sopesado o ânimo e inclinações observadas nas respostas prestadas.

- Os relatórios sobre a vizinhança deverão constar os nomes das pessoas entrevistadas e endereços visitados, citando suas opiniões a respeito do candidato.

- As entrevistas deverão ser conduzidas de forma a alcançar não somente as citadas pelo candidato no formulário de dados biográficos, mas outros moradores das imediações.

- Faz-se necessário, consignar no relatório sobre o grau de parentesco ou afinidade das pessoas inquiridas.

2) Diligências nos Estabelecimentos de Ensino:

Baseia-se nas entrevistas de pessoas que possam oferecer informações quanto ao comportamento do candidato nos estabelecimentos de ensino onde estudou.

- A entrevista deverá ter como enfoque o aspecto disciplinar, da responsabilidade pessoal, e o grau de envolvimento com fatos indesejáveis, tais como: danos, furtos, rixas, uso de drogas e agressões.

- Verificar a veracidade dos dados escolares prestados pelo candidato no formulário de dados biográficos e a autenticidade do histórico escolar junto às secretarias dos estabelecimentos de ensino, ou mesmo sobre a escola junto às Secretarias Estaduais de Educação.

- No relatório pertinente aos dados escolares deverão ser consignados os nomes das pessoas contatadas e locais visitados.

3) Diligências nos locais de trabalho:

Fundamenta-se pelos dados obtidos por meio de entrevistas das pessoas relacionadas profissionalmente com o candidato, tanto em seu emprego atual como nos anteriores.

Continuação da Diretriz

- O roteiro de entrevista procurará levar em consideração aspectos como assiduidade, pontualidade, responsabilidade pessoal, conduta ética e motivos para suas demissões.

- O relatório que verse sobre os locais de trabalho deverá constar os nomes e endereços dos entrevistados, bem como as opiniões a respeito do candidato.

5 PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

Sucedendo durante a investigação social quaisquer irregularidades, é recomendável a realização de entrevista com o candidato a fim de esclarecer fatos controversos ou dúvidas decorrentes, isto, antes da emissão do respectivo parecer final pela comissão responsável pelo processo investigatório.

a. Relatórios:

Após as conclusões das buscas, as equipes responsáveis elaborarão os respectivos relatórios de missão de acordo com o preconizado nas normas para padronização de documentos de inteligência, adotadas pela 2ª Seção do E.M.

b. Distribuição:

ACI, ARI e ALI das OPM.

Continuação da Diretriz

8. ANEXO

Formulário de dados biográficos, para preenchimento pelos candidatos, servindo como base de dados para consultas e diligências e posterior arquivo.

CONFIDENCIAL



Nº. Inscrição: _____
Data do Concurso: _____

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

INVESTIGAÇÃO SOCIAL

FORMULÁRIO DE DADOS BIOGRÁFICOS

FOTO

5X7

(COLORIDA E
DATADA)

NOME: _____ **RG:** _____

INSTRUÇÕES

Preste todas as informações solicitadas, responda todas as questões de próprio punho e sem abreviaturas. Se o espaço for insuficiente, utilize o item de complementação ao final do formulário ou anexe folhas complementares, indicando o número da questão que você está complementando.

Não deixe questões em branco. Se houver questões que não dizem respeito, coloque um "traço" para inutilizar o campo.

Havendo qualquer dúvida, consulte o encarregado antes da entrega definitiva do formulário. Para entrega do Formulário, anexar 2 (duas) cópias do Histórico Escolar do 2º grau (fotocópia autenticada em cartório) que comprove a conclusão das 3 (três) séries do curso ou Declaração de Matrícula, caso esteja cursando Ensino Médio. Após preencher e assinar todas as páginas deste formulário, tire 02 (duas) fotocópias do mesmo e entregue junto com o original, no dia e local previsto.

DECLARAÇÕES FALSAS OU OMISSÕES, DEPOIS DE COMPROVADAS, INCIDIRÃO NA CONTRA-INDICAÇÃO DO CANDIDATO E CONSEQÜENTE ELIMINAÇÃO DO CONCURSO.

**PREENCHER MANUSCRITO, EM LETRA CURSIVA, A CANETA DE COR PRETA OU AZUL
COLAR FOTO 5X7 NO LOCAL INDICADO
(ASSINAR A ÚLTIMA FOLHA E RUBRICAR AS ANTERIORES NO CANTO INFERIOR DIREITO)**

CONCURSO/ANO: _____ Nº de inscrição: _____

DADOS PESSOAIS

NOME: (não abreviar)

NOME ANTERIOR: (nome de solteira/o)

APELIDO: _____

IDENTIDADE (RG) nº: _____

ÓRGÃO EXPEDIDOR: _____

DATA DE EXPEDIÇÃO: _____

CPF Nº: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____ / ____ / ____

TÍTULO ELEITORAL Nº: _____

ZONA: _____

SEÇÃO: _____

UF: _____

Nacionalidade: _____

Naturalidade: _____

UF: _____

CNH – Nº de Registro: _____

UF: _____

DATA DE VALIDADE: _____

SITUAÇÃO MILITAR:
RESERVISTA OU CERT. DE DISPENSA Nº:
DATA DE EXPEDIÇÃO:

ÓRGÃO EXPEDIDOR:

FILIAÇÃO:

PAI:

MÃE:

ESTADO CIVIL: Nº. DE FILHOS: DESTRO

POSSUI QUANTOS IRMÃOS:

CASO POSITIVO, RELACIONE NOME (S) E IDADE (S):

POSSUI PARENTESM ATÉ 2º GRAU NA POLÍCIA MILITAR DO PR?

CASO POSITIVO INFORME NOME, POSTO E GRADUAÇÃO: (use o verso desta folha, se necessário)

ESTADO CIVIL:

DADOS DO CÔNJUGE OU COMPANHEIRA (O)

NOME: (não abreviar)

NOME ANTERIOR (se o caso):

IDENTIDADE (RG) nº.: ÓRGÃO EXPEDIDOR: DATA DE EXPEDIÇÃO:

CPF Nº:

TELEFONE RESIDENCIAL:

CELULAR (ES):

E-mail (s):

ENDEREÇOS: (Dados completos, logradouro, cidade, bairro, Estado)

RESIDÊNCIA ATUAL:

DESDE QUANDO RESIDE NESTE ENDEREÇO:

RESIDE EM CASA PRÓPRIA/ALUGADA OU CEDIDA:

EM CASO DE RECADOS COM QUEM FALAR? (Nome da Pessoa, telefone, endereço)

ANTERIORES: (Cite os dois últimos endereços de residências antes do atual indicando tempo de moradia e ano)

1º)

2º)

DADOS PROFISSIONAIS

EMPREGO ATUAL: (Citar nome do empregador, cargo ou função, endereço e telefone)

EMPREGO ANTERIOR: (Cite os dois últimos empregos, se for o caso, indicando, cargo ou função, endereço e telefone)

1º)

2º)

POSSUI EMPRESA EM SEU NOME OU PERTENCE AO QUADRO SOCIETÁRIO DE ALGUMA?

DADOS ESCOLARES

(Citar o nome e endereço da escola/faculdade e o ano de conclusão).

ENSINO FUNDAMENTAL:

ENSINO MÉDIO:

SUPERIOR/PÓS-GRADUAÇÃO – NOMES DO(S) CURSOS(S) E ESTABELECIMENTO DE ENSINO:

ANTECEDENTES

Preenchimento obrigatório

1) Já foi detido ou preso?

2) Respondeu ou responde a Inquérito Policial?

3) Respondeu ou responde a Inquérito Policial Militar (Justiça Militar)?

4) Respondeu ou responde a Processo na Justiça Federal?

5) Respondeu ou responde a Processo na Justiça Estadual?

6) Respondeu ou responde a Processo na Justiça Eleitoral?

7) Já foi beneficiado pela Lei nº 9.099/05 (que dispõe sobre as infrações penais de menor potencial ofensivo – suspensão do processo, artigo 89)?

8) Respondeu ou responde a Ação Civil?

9) Se Servidor Público Estadual, Municipal ou Federal, já respondeu a Sindicância Disciplinar, Inquérito Administrativo, etc?

10) Tem títulos protestados?

11) Está cadastrado no SPC/DPC?

Obs.: Em caso de resposta positiva em alguns destes itens, indicar abaixo o número do Inquérito e/ou Processo, Tribunal, Vara, data de instauração e motivo:

Já visitou ou visita pessoa presa?

Caso positivo, quem, qual razão de estar preso e estabelecimento prisional de internação:

DADOS BANCÁRIOS

Indique o (s) Banco (s) em que possui ou já possuiu conta bancária e/ou Caderneta de Poupança:

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente nº _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente nº _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente nº _____

DADOS PATRIMONIAIS

Relacione os bens imóveis (citando os endereços), móveis e de capital que possui: (use o verso desta folha, se necessário)

HABILITAÇÃO E VEÍCULOS

Você é motorista habilitado (a)? _____ em caso positivo, forneça os seguintes detalhes:

Número da CNH _____ Número de registro _____

Data da Expedição _____ Local da expedição _____ Categoria _____

OUTROS DADOS

Relacione os clubes recreativos que frequenta ou aos quais é associado (indique nome e endereço):

Pertence (u) a qualquer sindicato, entidade classista ou associação? _____

Data		Nome da Organização	Endereço
De	até		

Você é ou foi filiado (a) partido político ou exerce (u) cargo ou função de mesma natureza, ou ainda, já foi candidato (a) na área política? _____

Quais os esportes que pratica?

Quais os seus hobbies?

Você tem vícios? (fumo, bebida, etc)

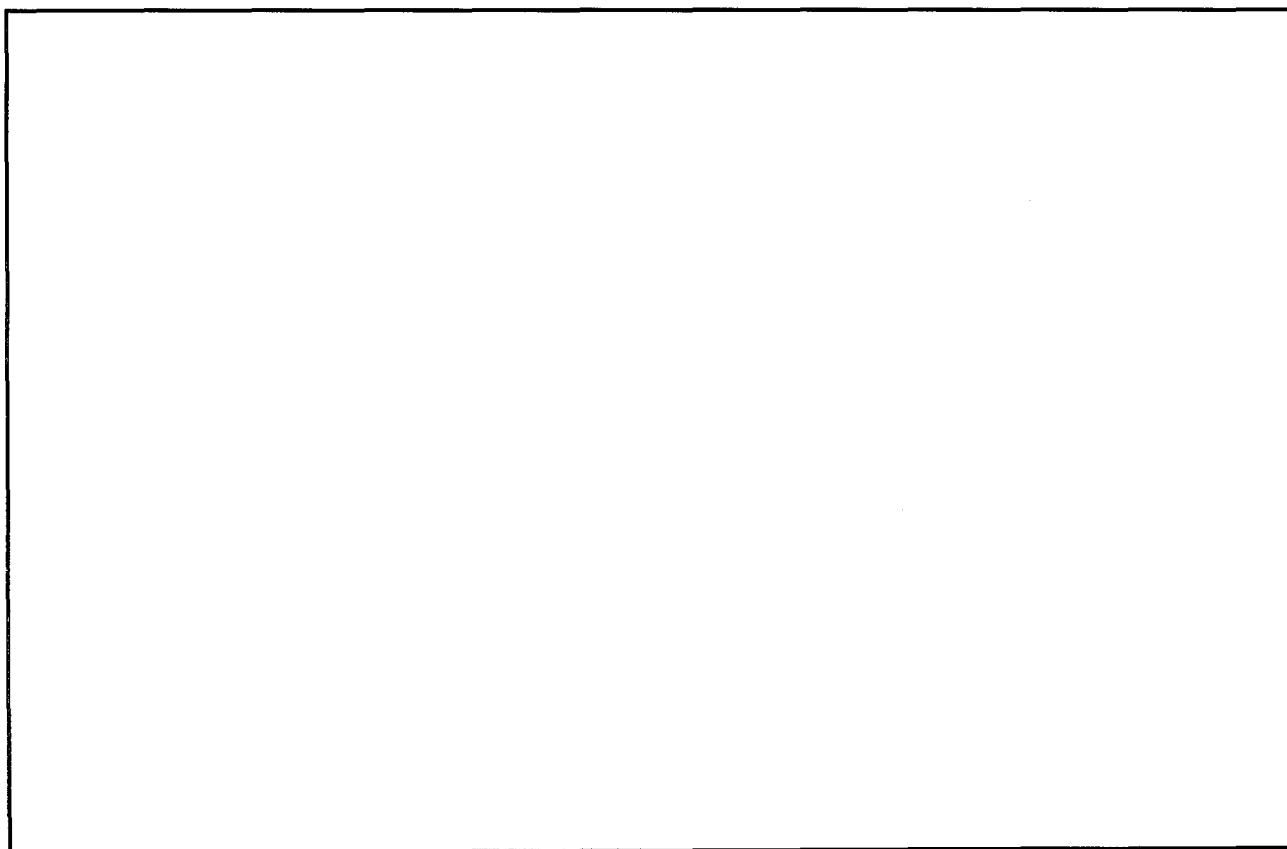
Você já experimentou algum tipo de droga? Qual? (maconha, cocaína, barbitúricos, anfetaminas, etc.)

Por que pretende ingressar na Polícia Militar?

Em que Unidade da PMPR gostaria de desempenhar suas atividades como policial militar? Por quê?

Qual a escala de serviço de sua preferência plantão ou expediente? Por quê?

Faça desenhos, croquis ou anexe mapas, etc. do (s) endereço (s) de sua (s) residência (s), assinalando os pontos de referência e ruas principais, inclusive anexando folhas suplementares, se necessário.



Eu, ciente do edital que rege o concurso público a que me submeto, declaro, sob as penas da lei, previstas no Art. 299 do Código Penal Brasileiro (CPB), que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras, que não omiti fato algum que impossibilite minha matrícula na Polícia Militar do Estado do Paraná, que autorizo a Polícia Militar do PR a realizar **investigação social** em minha vida pregressa para confirmar as informações prestadas e para verificar se possuo condições morais para ingressar na PMPR. AUTORIZO, ainda as pessoas, empresas ou instituições mencionadas no presente formulário, a fornecer à Polícia Militar do Paraná, todas as informações sobre minha conduta pessoal, profissional e escolar, isentando-as de qualquer responsabilidade, caso não se processe minha inclusão.

_____, ____ de _____ de 2.0 ____.

Nome: _____ CPF.: _____

Assinatura: _____

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). - **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. 27. ed. rev. Brasília: Saraiva, 2005.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 15. ed. Atlas, São Paulo, 2003.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 9. ed. Revistas dos Tribunais, São Paulo, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 17. ed. Malheiros, 2004.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 12. ed. Atlas, São Paulo, 2002.

PARANÁ. Constituição (1989). - **Constituição do Estado do Paraná, 1989**. ed. especial rev. Curitiba: Juruá, 2005.

PARANÁ. **Decreto n. 5.075, de 28 de dezembro de 1998**. Aprova o Regulamento de Ética Profissional dos Militares Estaduais, integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Paraná.

PARANÁ. **Lei n. 1.943, de 23 de Junho de 1954**. Cria o Código da Polícia Militar do Paraná. Diário Oficial do Estado do Paraná, n. 98. Curitiba, 05 de julho de 1954.

VALLA, Wilson Odirley. **Deontologia Policial Militar II**. 2. ed. v. IV, Curitiba: Comunicare. 2006.



ANEXO I

**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS COM
ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E CONTROLE
DA SEGURANÇA PÚBLICA**

Este questionário é direcionado àqueles policial-militares componentes do Sistema de Inteligência da PMPR que possuem experiência na realização da investigação social dos candidatos civis para ingresso na PMPR.

QUESTIONÁRIO

Prezado policial-militar,
Frequentando o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Academia Policial Militar do Guatupê, desenvolvo um trabalho técnico-científico cujo tema é a Investigação Social dos candidatos ao ingresso nas fileiras da Polícia Militar do Paraná. O tema escolhido visa analisar a investigação social realizada no âmbito da corporação, como parte integrante do processo de seleção de pessoal. Este questionário tem por finalidade colher informações úteis para a confecção de tal trabalho e conseqüente aperfeiçoamento da Investigação Social. A identificação no formulário é dispensável.

OBRIGADO

Cap. RENATO DE OLIVEIRA RIBAS FILHO
Aluno do CAO

- 1) Na localização dos domicílios dos candidatos, constantes dos croquis e indicações dos Formulários de Dados Biográficos, quanto ao grau de dificuldade encontrado;
☐ não há dificuldade
☐ difícil
☐ muito difícil
- 2) Quanto à localização de pessoas citadas como referências pelos candidatos;
☐ não há dificuldades
☐ difícil
☐ muito difícil.
- 3) Sobre as informações prestadas pelas pessoas referidas pelos candidatos nos formulários de dados biográficos, qual sua impressão:
☐ sempre dizem a verdade
☐ às vezes dizem a verdade
☐ nunca dizem a verdade

- 4) Sabe como deve proceder ao receber a incumbência de buscar dados sobre os candidatos ao ingresso na PMPR;
- ☐) perfeitamente
 - ☐) pouco
 - ☐) desconhece
- 5) É devidamente orientado como realizar a investigação social sobre candidatos civis:
- ☐) sempre
 - ☐) quase sempre
 - ☐) nunca
- 6) Como aprendeu a fazer a investigação social:
- ☐) sozinho
 - ☐) com outro agente
 - ☐) por orientação de seus superiores
 - ☐) em cursos ou estágios
- 7) Em relação as suas tarefas diárias, o tempo gasto com a realização da investigação social:
- ☐) pouco tempo
 - ☐) muito tempo
- 8) Acredita que a investigação social impede o ingresso de indivíduos que apresentem características indesejáveis para o bom desempenho da atividade policial-militar;
- ☐) sim
 - ☐) não
 - ☐) dificilmente
- 9) Soube se alguma vez a Investigação Social resultou em desclassificação de algum candidato durante a seleção para admissão de pessoal.
- ☐) sim
 - ☐) não
- 10) Acredita que a Investigação social efetivamente colabora para uma melhor seleção do policial-militar:
- ☐) sim
 - ☐) não
 - ☐) pouco

**POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
COMANDO-GERAL
GABINETE**

EDITAL Nº. 063/07

**INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS DE HABILIDADES ESPECÍFICAS PARA
ADMISSÃO E MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
POLICIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES 2008 (IPHEAM 2008)**

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMPR), com sede de comando à Avenida Marechal Floriano Peixoto, n.º 1401, Bairro Rebouças, Curitiba-PR, CEP 80.230-110, tendo em vista o disposto no art. 42, § 1.º, c/c art. 142, § 3.º, inciso X da Constituição Federal; no art. 45, *caput* e § 9.º da Constituição Estadual; nos arts. 10 *caput* e parágrafo único, 19, 20, alínea “c”, 21, inciso III, 43, alínea “a”, da lei n.º 1.943, de 23/06/1954 (Código da Polícia Militar); no art. 4.º da lei n.º 6.774, de 08/01/1976 (Lei de Organização Básica); no art. 2.º da lei n.º 15.353, de 22/12/2006 que fixa o efetivo da Corporação; na Lei Estadual n.º 14.274, de 24/12/2003; na Lei Estadual n.º 14.804, de 20/07/05, no Decreto n.º 2.508, de 20/01/2004 que regulamenta concursos públicos no Estado, no Decreto n.º 1.753, de 28/08/2003 que disciplina o concurso para o 1º ano do Curso de Formação de Oficiais e nos Decretos n.º 949 e 952, de 06/06/2007, que estabelecem o número de vagas para o Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar 2008, torna público que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público para admissão e matrícula no 1º ano do Curso de Formação de Oficiais para o ano de 2008, nos termos deste Edital.

1 FINALIDADE:

Estas instruções têm por finalidade estabelecer as normas e os procedimentos relativos às Provas de Habilidades Específicas aos inscritos, para o Processo Seletivo da Universidade Federal do Paraná (PS/UFPR), visando o ingresso e matrícula no 10º ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Oficiais Bombeiros Militares da Polícia Militar do Paraná (PMPR), no ano de 2008

2 DAS VAGAS:

2.1 Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e Bombeiro Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas para pessoas do sexo feminino, observada a ordem de classificação geral.

2.2 Aos candidatos aptos no Processo Seletivo da Universidade Federal do Paraná

(PS/UFPR) e nas Provas de Habilidades Específicas serão oferecidas 45 (quarenta e cinco) vagas para o 10 ano do Curso de Formação de Oficiais Policiais/Bombeiros Militares (10 CFO PM/BM), sendo assim distribuídas:

Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares

Geral	Afro	Total
16	1	17

Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militares

Geral	Afro	Total
26	2	28

2.3 Os candidatos que se declararem afro-descendentes, serão submetidos a entrevista individual por subcomissão específica, a fim de verificar se o candidato se enquadra dentro do disposto no artigo quarto da Lei Estadual nº 14.274, de 24 Dez 03, logo após o encerramento das inscrições, sendo convocados por edital próprio. Não sendo confirmada por comissão específica ao que se refere o art. 4º da supracitada lei, será o candidato desclassificado do concurso.

3 DOS REQUISITOS E CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO AO PS/UFPR E REALIZAÇÃO DAS PROVAS DE HABILIDADES ESPECÍFICAS PARA O 1º ANO DO CFO PM/BM 2008:

3.1 Estarão automaticamente inscritos para as Provas de Habilidades Específicas os candidatos ao Processo Seletivo da UFPR que optarem pelo curso oferecido pela Polícia Militar do Paraná (PM/PR). As datas das inscrições constarão do Edital próprio do Núcleo de Concurso da Universidade Federal do Paraná (NC/UFPR).

3.2 Para realização do PS/UFPR e inscrição às Provas de Habilidades Específicas, os candidatos deverão preencher as formalidades previstas pelo NC/UFPR, bem como os seguintes requisitos específicos, indispensáveis e de caráter eliminatório para o 10 ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM e CFO/BM):

Para os candidatos civis:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - Ter no mínimo 17 (dezessete) e no máximo 25 (vinte e cinco) anos de idade (até a data da inclusão, com previsão para o dia 01 de março de 2008);

III - Se masculino, ser reservista de 1ª ou 3ª categoria, ou portador do certificado de isenção do serviço militar, desde que não seja por motivo de incapacidade física, mental ou moral;

IV - Ser solteiro, não viver em concubinato ou união estável e não ter filhos;

V - Ter comprovada moralidade, ou seja, não ter antecedentes policial, social, criminal que o contra indique para o exercício do futuro cargo (oficial subalterno) dada a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade, verificada mediante rigorosa pesquisa social a ser realizada pela 2ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná;

VI - Estar em dia com suas obrigações eleitorais;

VII - Gozar de boa saúde física e mental;

VIII - Não ter sido desligado de Organização Militar por motivo disciplinar ou criminal;

IX - Não ser ex-aluno de estabelecimento de ensino militar, policial-militar, bombeiro-militar, policial civil, policial federal, policial federal rodoviário, guardas municipais e outras congêneres, desligado por motivos disciplinares.

Para os candidatos militares:

I - Não estar sendo processado ou cumprindo sentença penal por crime doloso contra a vida, por abuso de autoridade, por improbidade administrativa, por crimes praticados contra a administração militar e dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar, bem como pelos mesmos crimes similares ou de mesma natureza a estes previstos na legislação penal comum;

II - Não estar submetido a Processo Administrativo Disciplinar;

III - Não estar no serviço ativo por força de decisão judicial não transitada em julgado;

IV - Estar classificado, no mínimo, no comportamento “bom”, contado da data de inclusão;

V - Estar autorizado pela respectiva Força Armada ou Força Auxiliar em se tratando de militar ou membro da Polícia e de Corpo de Bombeiros Militares, em atividade;

VI - Preencher os demais requisitos exigidos aos candidatos civis, inclusive o

limite de idade e submissão à pesquisa social.

4 DAS PROVAS:

4.1 As Provas de Habilidades Específicas constarão de exames de suficiência física, sanidade física e mental, exame de informática e investigação social e serão realizadas após a divulgação do resultado do Processo Seletivo da UFPR.

4.2 Outras Provas de Habilidades Específicas, oportunas e convenientes à política de pessoal da Corporação, poderão ser inseridas em Edital próprio, por ato do Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná.

4.3 As datas das provas serão divulgadas no *síte* da Universidade Federal do Paraná, www.nc.ufpr.br, após o encerramento das inscrições, sendo de inteira responsabilidade do candidato a verificação dos locais e datas da realização dos exames.

4.4 Será considerado desistente e desclassificado do certame, o candidato que faltar a qualquer uma das provas.

4.5 Somente os candidatos aprovados no Processo Seletivo da UFPR para o Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares e Bombeiros Militares realizarão as Provas de Habilidades Específicas.

4.6 Os exames de sanidade física e mental, devem ser realizados em laboratórios oficialmente reconhecidos, correrão as expensas dos candidatos, cujos laudos deverão ser apresentados na data determinada em Edital do concurso, à Junta Médica Militar da Polícia Militar do Paraná, para avaliação médica.

4.7 Os exames procedidos na PMPR que compreendem as avaliações terão a validade de seis meses a contar de sua realização.

4.8 As provas de habilidades específicas terão caráter eliminatório, somente podendo ser realizadas as subseqüentes após a obtenção de êxito nas anteriores.

4.9 Os candidatos menores de dezoito anos deverão apresentar autorização expressa do pai ou responsável, para realização das provas de habilidades específicas.

4.10 Será obrigatória a apresentação, pelos candidatos, de documento de identidade original, a fim de que possam executar os diversos exames.

5. EXAMES DE SANIDADE FÍSICA E MENTAL:

I - exame psicológico, a ser aplicado e avaliado por comissão designada pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, o qual consiste na avaliação objetiva e padronizada de características individuais dos candidatos, mediante o

emprego de um conjunto de técnicas e métodos psicológicos, devidamente reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia através de provas coletivas, ou seja, pela aplicação simultânea a todos os candidatos, em dias e horários divulgados pelo Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná.

a) Será utilizada uma bateria de testes psicológicos definidos com base no perfil profissiográfico do cargo pretendido, aferindo o grau de compatibilidade das características intelectivas, motivacionais e de personalidade com o perfil psicológico exigido para o exercício do oficialato e o porte de arma;

b) A análise do exame psicológico será realizada pela Comissão Examinadora designada, levando em conta o conjunto de resultados obtidos pelo candidato, o qual poderá, a critério da Comissão, ser convocado para a realização de procedimentos complementares;

c) O exame psicológico terá caráter unicamente eliminatório e o candidato poderá obter um dos seguintes resultados:

1 - Recomendado: significando que o candidato apresentou, no concurso, perfil psicológico pessoal compatível com o perfil profissiográfico do cargo pretendido;

2 - Não Recomendado: significando que o candidato não apresentou perfil psicológico pessoal compatível com o perfil profissiográfico do cargo pretendido;

3 - Ausente: significando que o candidato não compareceu ao exame psicológico.

d) Os candidatos não recomendados não serão submetidos a novo exame ou prova no presente concurso;

e) Os resultados do exame psicológico serão divulgados pela Comissão do Concurso, sendo que o motivo da não recomendação será divulgado apenas ao candidato por um Psicólogo da Comissão Examinadora, dentro dos princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Conselho Federal de Psicologia;

f) O candidato interessado em obter tais resultados deverá encaminhar requerimento à Comissão Examinadora do Exame Psicológico no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do resultado pela Comissão do Concurso;

g) O perfil profissiográfico consiste das características e parâmetros descritos abaixo:

CARACTERÍSTICA	PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
----------------	-----------	-----------

Controle Emocional	Elevado	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento
Ansiedade	Diminuída	Preocupação antecipada com aceleração das funções orgânicas, que pode afetar sua capacidade de reação diante de situações de estresse.
Impulsividade	Diminuída	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa, diante de um estímulo interno ou externo.
Domínio psicomotor	Adequado	Habilidade cinestésica para movimentar o corpo com equilíbrio, atendendo às solicitações psíquicas e/ou emocionais.
Autoconfiança	Adequada	Atitude de autodomínio, presença de espírito e confiança nos próprios recursos, estabelecendo contatos de forma resoluta e decidida, acreditando em si mesmo
Resistência à Frustração	Elevada	Habilidade de manter suas atividades em bom nível, quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal, em uma situação profissional ou pessoal
Inteligência	Adequada	Grau de inteligência global dentro da faixa média, aliado à capacidade de incorporar novos conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos
Memória	Elevada	Capacidade para memorizar sons e imagens principalmente fisionomias, tornando-as disponíveis para a lembrança imediata.
Agressividade	Levemente Elevada	Energia que dispõe o indivíduo a enfrentar situações adversas, direcionando-a de forma que seja benéfica para si e para a sociedade mostrando-se uma pessoa combativa.
Adaptabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo adaptar seu comportamento às mais diversas situações.
Flexibilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo agir com desenvoltura nas mais diversas situações e/ou idéias.
Maturidade	Adequada	Desenvolvimento físico e psicológico de acordo com a idade cronológica.
Responsabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo em tomar decisões, assumindo suas consequências.
Dinamismo	Elevado	Capacidade de desenvolver atividades intensas.
Iniciativa	Elevada	Capacidade em empreender e propor novas atitudes e/ou idéias.
Fluência Verbal	Elevada	Capacidade em comunicar-se de forma compreensível e agradável.
Socialabilidade	Elevada	Capacidade em conviver em grupos de forma a proporcionar a possibilidade de trocas afetivas.
Capacidade de Liderança	Elevada	Capacidade de gerenciar grupos em todos os seus aspectos.
Fobias	Ausentes	Medo irracional ou patológico de situações específicas como: animais, altura, água, sangue, fogo, etc., que levam o indivíduo a desenvolver evitação ou crises de pânico.
Honestidade	Elevada	Respeito aos limites alheios com probidade e decoro.

II - exames laboratoriais, constando de:

a) Sangue: Hemograma completo, Glicemia de jejum, Creatinina sérica, Sorologia para lues (VDRL quantitativo), Machado Guerreiro, Gama GT, Teste de gravidez (para candidatos do sexo feminino);

b) Fezes: parasitológico de fezes;

c) Urina: parcial de urina;

d) Exame toxicológico clínico, o qual deverá ser realizado em laboratório oficialmente reconhecido e a critério do candidato, através de coleta de material orgânico (urina), em recipiente de prova e contra prova, cujo resultado deverá apresentar negatividade para:

1 - Anfetaminas: (anfetamina, metanfetamina, efedrina, ecstasy (MDMA), MDEA, MDA, metadona);

2 - Opiáceos: (morfina, codeína, dihidrocodeína);

3 - Barbiturados: (fenobarbital, amobarbital, pentobarbital, butabarbital, secobarbital);

4 - Canabinoides: (maconha);

5 - Benzodiazepínicos: (flurazepan, oxazepan, etc.);

6 - Cocaína: (metabólitos);

e) Radiografia de tórax PA com laudo;

f) Eletrocardiograma de repouso com laudo;

g) Eletroencefalograma com laudo, será considerado apto candidato que apresentar resultado nos grupos I e II, sendo considerado inapto os candidatos que apresentarem resultados nos grupos III e IV;

h) Os candidatos cujos exames complementares apresentarem resultados duvidosos que possam comprometer o resultado da inspeção de saúde, com vistas à aptidão para o exercício do oficialato, deverão antes da data da inspeção, procurar médico especialista particular para serem examinados, se for o caso, se necessário esclarecimento ao diagnóstico, devendo no dia da inspeção, estarem munidos dos pareceres especializados dos respectivos médicos assistentes e exames complementares com os respectivos laudos;

i) Por ocasião da inspeção de saúde, deverão ser apresentados:

1 - Eletrocardiograma de esforço e/ou Ecocardiograma, pelos candidatos, cujos laudos de Eletrocardiograma de repouso, suscitem dúvidas quanto a aptidão física para o serviço da Polícia Militar;

2 - Radiografia simples de coluna PA e Perfil, para os candidatos portadores de desvios da coluna;

3 - Radiografia simples da coluna e escanometria de membros inferiores, para os candidatos portadores de báscula de bacia;

4 - Ressonância magnética de joelhos, para os candidatos que tenham se submetido à cirurgia de joelho;

5 - Exame de acuidade visual com e sem correção e laudo oftalmológico com o diagnóstico, para os candidatos portadores de deficiência visual.

j) As Juntas de Inspeção de Saúde, a critério das mesmas, poderão solicitar outros exames, se necessários, com a finalidade de esclarecerem dúvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos;

k) Os candidatos portadores de deficiências visuais, deverão apresentar-se munidos de óculos e lentes de contato, quando fizerem uso dos mesmos;

1) Serão julgados, pelas Juntas de Inspeção de Saúde, incapazes para o serviço da Polícia Militar do Paraná os candidatos que:

1 - Não preencherem os índices mínimos constantes e/ou incidirem nas condições incapacitantes ou excederem a proporcionalidade de peso e altura constantes do Anexo I;

2 - Apresentarem alterações nos exames complementares, consideradas incompatíveis com o serviço policial-militar/bombeiro-militar;

3 - Deixarem de apresentar algum exame previsto neste Edital, ou outros exames que vierem a ser exigidos em Edital do concurso, com respectivo laudo ausente ou incompleto;

4 - Incidirem em condição clínica que embora não conste do presente Edital, seja considerada incapacitante para o serviço da Polícia Militar do Paraná pela Junta de Inspeção de Saúde.

III - Serão realizados os seguintes exames pela Junta Médica Militar da Polícia Militar do Paraná:

a) Exame biométrico, que consiste na avaliação da proporção peso e altura o qual será realizado e avaliado sob a responsabilidade da Junta Médica Militar, associando-se ao biótipo e outros parâmetros do candidato que se enquadrar nos limites mínimos;

b) Exame oftalmológico, sendo considerado apto o candidato que apresentar índice mínimo de 20/25 (SNELLEN), em cada olho, medido a 06 (seis) metros, sem correção;

c) Censo cromático é admissível a discromatopsia de graus leve e médio, e incapacitante a de grau acentuado, definidas de acordo com as instruções que acompanham cada modelo de teste empregado;

d) No exame odontológico serão consideradas como condições mínimas:

1 - Ausência de raízes inaproveitáveis proteticamente;

2 - Ausência de dentes que possuam cimentos obturados provisórios;

3 - Ausência de anomalias de desenvolvimento de lábios, língua, palato, que prejudiquem a funcionalidade do aparelho estomatognático;

4 - Ausência de dentes cariados ou com lesões periápicais;

5 - Presença de todos os dentes anteriores (incisivos e caninos), tolerando-se dentes artificiais, desde que satisfaçam estética e função, inclusive prótese total;

6 - Ausência de lesões periodontais graves;

7 - A presença de raízes híginas que foram aproveitadas proteticamente serão consideradas como dentes naturais para todos os efeitos desde que possuam a referida peça protética,

8 - As próteses utilizadas para substituírem os dentes naturais, deverão apresentar adaptabilidade adequadas,

9 - Ausência de distúrbios da fala.

e) Limites mínimos de motilidade:

1 - Limites mínimos de motilidade da extremidade superior:

OMBRO = Elevação para diante à 90°. Abdução à 90°.

COTOVELO = Flexão à 100°. Extensão à 150°.

PUNHO = Alcance total à 15°.

MÃO = Supinação/pronação à 90°.

DEDOS = Formação de pinça digital.

2 - Limites mínimos de motilidade da extremidade inferior:

COXO-FEMURAL = Flexão à 90°. Extensão à 10°.

JOELHO = Extensão total. Flexão à 90°.

TORNOZELO = Dorsiflexão à 10°. Flexão plantar à 10°.

f) Índices cardíco-vasculares: Pressão arterial medida em repouso e em decúbito dorsal ou sentado:

- SISTÓLICA - Igual ou menos de que 140mmHg;
- DIASTÓLICA - Igual ou menos de que 90mmHg;
- PULSO ARTERIAL MEDIDO EM REPOUSO - Igual ou menor que 100bat/min.

g) Índice audiométrico: Serão considerados aptos os candidatos que apresentarem perdas auditivas em qualquer ouvido até 20 decibéis, nas frequências de 500HZ e 1000HZ, 30 decibéis, na frequência de 2000HZ e 35 decibéis, nas frequências de 3000 à 8000HZ, por vias aérea e óssea.

IV - Condições incapacitantes:

Além das condições previstas nas “Instruções Reguladoras do Emprego da Relação das Doenças que motivaram a exclusão do serviço ativo do Exército” (Portaria nº 024-DGS, de 12 JUL 88 — IR 70-12), constituem condições incapacitantes à inclusão na Polícia Militar do Paraná:

a) Cabeça e pescoço: deformações, perdas externas de substância; cicatrizes extensas, deformantes, aderentes ou anti-estéticas; contrações musculares anormais, cisto branquial, higroma cístico de pescoço e fístulas.

b) Ouvido e audição: deformidades ou agenesia do pavilhão auricular; anormalidades do conduto auditivo e tímpano. Infecções crônicas recidivantes, otite média crônica, labirintopatias e tumores. No teste audiométrico serão observados os índices de acuidade auditiva constantes no Art. 7º, inciso III, letra g).

c) Olhos e visão: infecções e processos inflamatórios, excetuando conjuntivites agudas e hordéolo; ulcerações, tumores, excetuando cisto benigno palpebral; opacificações corneanas, degenerações, seqüelas de traumatismo ou de queimaduras; doenças congênitas e deformidades congênitas ou adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais superiores a 10 graus; anormalidades: funcionais significativas e diminuição da acuidade visual além da tolerância permitida; lesões retinianas, doenças neurológicas ou musculares oculares. Qualquer cirurgia refrativa é incapacitante, como também a discromatopsia de grau acentuado.

d) Boca, nariz, laringe, faringe, traquéia e esôfago: anormalidades estruturais congênitas ou não; desvio acentuado de septo nasal, mutilações, tumores, atresias e retrações; seqüelas de agentes nocivos; fístulas congênitas ou adquiridas; infecções crônicas ou recidivantes; deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação e deglutição; doenças alérgicas do trato respiratório.

e) Dentes: estado sanitário geral deficiente, infecções, mal oclusão e tumores; restaurações, dentaduras e pontes insatisfatórias; deficiências funcionais. Para estabelecer as condições normais de estética e mastigação, tolera-se a prótese dental, desde que o inspecionado apresente dentes naturais, constantes no Art. 7º inciso III, letra d).

f) Pele e tecido celular subcutâneo: infecções crônicas ou recidivantes; micoses extensas, infectadas ou crônicas; parasitoses cutâneas extensas; eczemas alérgicos crônicos ou infectados; expressões cutâneas das doenças auto-imunes; manifestações das doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes, comprometendo a estética; nevus vasculares e externos ou anti-estéticos. Tatuagens, se expressando motivos obscenos, ofensivos ou de morte, que possam ser consideradas como manifestações de desequilíbrios psíquicos, não sendo toleradas em hipótese alguma na cabeça, pescoço e abaixo do terço distal do braço, antebraço e mão. Presença de "pírcing" para candidatos sexo masculino em qualquer área do corpo e para candidatos do sexo feminino em regiões do supercílio, nariz, lábios, língua, mamas e órgãos genitais.

g) Pulmões e paredes torácicas: deformidades relevante congênita ou adquirida de caixa torácica; função respiratória prejudicada; doenças e defeitos, congênitos ou adquiridos; infecções bacterianas ou micóticas; doenças imuno-alérgicas do trato respiratório inferior (importante à história); fístula e fibrose pulmonar difusa; tumores malignos e benignos dos pulmões e da pleura, anormalidade radiológicas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida e sem comprometimento funcional.

h) Sistema cardíaco-vascular: anormalidades congênitas ou adquiridas; infecções e inflamações, arritmias, doenças do pericárdio, miocárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; anormalidade do feixe de condução e outras, detectadas no eletrocardiograma; doenças oro-valvulares; hipotensão arterial com sintomas; hipertensão arterial e taquiesfigmia; alterações significativas da silhueta cardíaca no exame radiológico; doenças venosas, arteriais e linfáticas.

i) Abdome e trato digestivo: anormalidades da parede (Ex. hérnias, fístulas), à inspeção ou palpação; visceromegalias; infecções, esquistossomose e outras parasitoses graves (Ex. doença de Chagas, calazar, malária, amebíase extra-intestinal); micoses profundas, história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; lesões do trato gastrointestinal; distúrbios funcionais, desde que significativos; tumores benignos e malignos.

j) Aparelho gênito-urinário: anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis no exame de urina; criptorquidia; o testículo único não é incapacitante, desde que não resulte de criptorquidia do outro testículo; varicocele, volumosa e/ou dolorosa. A hípospádia não é incapacitante.

k) Aparelho osteo-mio-articular: doenças e anormalidades dos ossos e articulações, congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásicas e traumáticas; desvios ou curvaturas anormais significativos da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração na estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e seqüelas de cirurgia. No caso de pé plano e curvatura discreta da coluna vertebral, convém o parecer especializado para avaliação de sintomas, distúrbios funcionais orgânicos e vício postural.

l) Doenças metabólicas e endócrinas: "Diabetes mellitus"; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção tiroideana sintomática; tumores da tireóide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumores de supra-renal e suas disfunções congênitas ou adquiridas; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica.

m) Sangue e órgãos hematopoiéticos: alterações do sangue e órgãos hematopoiéticos significativas. A história é importante nas doenças hemorrágicas. Alterações hematológicas consideradas significativas deverão ser submetidas a parecer especializado.

n) Doenças neuropsiquiátricas: distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias, incoordenações, tremores, paresias e paralisias, atrofia e fraquezas musculares. Avaliar cuidadosamente a história, para detectar síndromes convulsivas, distúrbios de consciência, distúrbios comportamentais e de personalidade, transtornos mentais associados ao alcoolismo, abuso de substâncias psicoativas, psicoses, estados paranoides e transtornos de personalidade.

o) Tumores e neoplasias: qualquer tumor maligno; tumores benignos, dependendo da localização, repercussão funcional, potencial evolutivo ou comprometimento estético importante. Se o perito julgar insignificante pequenos tumores benignos (Ex. cisto sebáceo, lipoma), deverá justificar sua conclusão.

p) Doenças sexualmente transmissíveis: qualquer DST é incapacitante. Serão toleradas cicatrizes sorológicas para lues.

q) Condições ginecológicas: neoplasias; ooforite; cistos ovarianos não funcionais; salpingite, lesões uterinas e outras anormalidades adquiridas, exceto insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida; anormalidade congênitas; mastites específicas, tumorações da mama. A gravidez, constatada no exame clínico ou por meios laboratoriais, é incapacitante.

r) Exame físico geral, sendo considerado apto o candidato que não apresentar qualquer alteração física que o contra-indique ao desempenho das funções inerentes ao oficialato da Polícia Militar do Paraná.

6. EXAME DE CAPACIDADE FÍSICA E HABILIDADES ESPECÍFICAS:

6.1 Os candidatos serão submetidos a exame de capacidade física que terá aplicabilidade a candidatos do sexo masculino e feminino, ressalvando-se as individualidades biológicas de cada um, sendo desclassificados, independente do motivo, os candidatos que não reunirem condições de realizá-lo no dia previsto.

6.2 O Exame de Capacidade Física (ECAFI) constitui-se da realização de um conjunto de testes, compostos de exercícios físicos que avaliem parâmetros de força, coordenação, equilíbrio dinâmico, flexibilidade, potência muscular, capacidade aeróbica, anaeróbica e velocidade, permitindo classificar o estado físico, no momento da execução dos testes, devendo o candidato cumprir com habilidades o que lhe é proposto.

6.3 O Exame de Capacidade Física (ECAFI), aplicado aos candidatos, será composto de 05 (cinco) testes: tração na barra fixa (masculino) e isometria na barra fixa (feminino), salto em distância, corrida de 2.500 metros, agilidade e natação.

6.4 Os objetivos, os procedimentos para realização e índices do Exame de Capacidade Física (ECAFI), são os previstos no Anexo I, que trata das normas para aplicação e execução do exame de capacidade física.

6.5 O Exame de Capacidade Física é eliminatório, ou seja, o candidato que não obtiver o índice mínimo em qualquer um dos testes do exame de capacidade física será desclassificado, sendo vedado o reteste.

6.6 Os candidatos para o CFO Bombeiro Militar realizarão além dos testes acima descritos, testes específicos conforme constante do Anexo II destas instruções, em data a ser definida em calendário próprio e será realizado em um único dia.

7. EXAME DE INFORMÁTICA:

O Exame de Informática constitui-se da operação básica de computador, composto da execução de tarefas que avaliem parâmetros de conhecimento que

proporcione ao candidato desenvolver o exigido constante do Anexo III do presente Edital.

8. PESQUISA SOCIAL:

8.1 O candidato será incluído no estado efetivo da Polícia Militar do Paraná após preencher todos os requisitos exigidos no presente Edital e quando obtiver parecer favorável, acerca da sindicância (pesquisa social) realizada pela 2ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná a seu respeito.

8.2 Havendo parecer desfavorável acerca da vida pregressa do candidato este será eliminado do concurso, sendo que o motivo poderá, a seu pedido, ser esclarecido pessoalmente pelo Chefe da 2ª Seção do Estado-Maior da Polícia Militar do Paraná, responsável pela investigação social.

9. DOS RECURSOS

9.1 Será admitido recurso relativo a correção de provas subjetivas e teórico-práticas e erro material.

9.2 O recurso será admitido uma única vez, não cabendo pedido de reconsideração ou recurso à instância superior.

9.3 Os recursos a que se referem o item 8.1 serão julgados pela banca examinadora exceto o de erro material, que será julgado pela entidade executora do concurso.

9.4 O recurso apresentado terá efeito devolutivo até seu julgamento.

9.5 Serão liminarmente indeferidos os recursos que não estiverem devidamente justificados ou se baseiem em razões de caráter subjetivo, os que derem entrada fora de prazo ou os recursos enviados via postal, via fax ou via correio eletrônico.

9.6 O recurso deverá ser interposto, sob pena de preclusão deste direito, no prazo de dois dias úteis, a contar do dia imediato à data de divulgação dos resultados de cada fase, em edital específicos.

9.7 O candidato que impetrar recurso somente será encaminhado para a realização dos exames seguintes caso tenha sido deferido o seu requerimento.

9.8 Compete à Comissão do Concurso decidir, motivadamente, sobre os recursos no prazo mínimo de 06 (seis) dias úteis.

9.9 Os recursos a que se refere o presente Edital, deverão, observados os prazos, ser dirigidos ao Presidente do Concurso Público e protocolados no Centro

de Recrutamento e Seleção (CRS) no Quartel do Comando Geral em Curitiba à rua Marechal Floriano Peixoto nº 1.401, bairro Rebouças, no horário de expediente.

10.DA CONVOCAÇÃO:

10.1 Após satisfeitas todas as exigências previstas para o concurso serão convocados para inclusão pelo Centro de Recrutamento e Seleção e apresentação na Academia Policial Militar do Guatupê, na data prevista, os candidatos aprovados e classificados dentro do limite do número de vagas.

10.2 O candidato que deixar de se apresentar para inclusão no Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR (CRS) ou na Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), na data estipulada, ou deixar de cumprir quaisquer outras exigências deste Edital, será eliminado do Processo, podendo ser substituído a critério da Administração, pelo que se segue em ordem de classificação.

11.DA INCLUSÃO:

11.1 A inclusão dos candidatos está prevista para o dia 01 de março de 2008.

11.2 O candidato aprovado que deixar de entregar a documentação exigida no prazo de 07 (sete) dias úteis, após a divulgação do resultado oficial, perderá o direito à vaga, ocasião em que serão convocados os suplentes pela ordem de classificação.

11.3 A entrega da documentação deverá ser feita pessoalmente pelo próprio candidato ou por procurador, por instrumento particular e com firma reconhecida em cartório, e, se menor, por instrumento público, junto ao Centro de Recrutamento e Seleção da Polícia Militar do Paraná, mediante protocolo.

11.4 Após a apresentação dos classificados em primeira chamada (convocação), se persistirem vagas, haverá segunda chamada e outras, a critério da Polícia Militar do Paraná, obedecendo rigorosamente a ordem de classificação do PS/UFPR, precedidas, todavia da publicação em jornais de grande circulação.

11.5 Não se concederá revisão de provas, segunda chamada, vistas, ou recontagem de desempenhos em qualquer das provas, devido às características do concurso.

11.6 Os documentos relativos às Provas de Habilidades Específicas para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM e CFO/BM) e os autos originais da sindicância acerca da pesquisa social serão arquivados e guardados no Centro de Recrutamento e Seleção por 06 (seis) meses e na 2ª Seção do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná, por 05 (cinco) anos, a contar da data de divulgação oficial dos resultados.

11.7 São requisitos e condições para a efetivação da inclusão e matrícula no 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM e CFO/BM):

11.8 Ser aprovado nas Provas de Habilidades Específicas e no PS/UFPR, referente ao 1º ano do Curso de Formação de Oficiais (CFO/PM e CFO/BM), e estar classificado dentro do número de vagas oferecidas;

11.9 Apresentar:

a) Original e 01 (uma) cópia autenticada do Certificado de Conclusão e histórico escola do ensino médio;

b) Certificado de reservista ou dispensa de incorporação;

c) Título de eleitor;

d) Cédula de identidade do Estado do Paraná;

e) Folha corrida judicial, fornecida por certidão dos distribuidores criminais das justiças estadual e federal, dos lugares em que haja residido nos últimos 05 (cinco) anos;

f) Certidão do Tribunal Regional Eleitoral;

g) Certidão da Auditoria da Justiça Militar, do Arquivo Geral e do Serviço de Justiça e Disciplina da Polícia Militar, da respectiva força, quando ex-militar de polícia;

h) Atestado de antecedentes, fornecido por Instituto de Identificação da Secretaria de Segurança Pública do (s) Estado (s) em que haja residido nos últimos 05 (cinco) anos.

11.10 É vedada a prorrogação de prazo para juntada de documento ou para suprir falha do requerimento.

12.DA MATRÍCULA:

A matrícula dos candidatos aprovados e incluídos na PMPR, está prevista para ocorrer logo após serem apresentados pela Diretoria de Pessoal através do Centro de Recrutamento e Seleção na Academia Policial Militar do Guatupê.

13.PRESCRIÇÕES DIVERSAS:

13.1 Os candidatos inscritos no PS/UFPR deverão comparecer em datas, horários e locais determinados pelo Edital próprio do PS/UFPR, igualmente, em

hipótese alguma haverá mudanças de datas das Provas de Habilidades Específicas, bem como não será facultado o acesso de candidato retardatário ao local da prova, após o horário especificado.

13.2 As Provas de Habilidades Específicas terão caráter eliminatório, podendo realizar a Prova de Habilidade Específica seguinte, somente o candidato apto na anterior.

13.3 O candidato menor de 18 (dezoito) anos deverá apresentar autorização expressa do pai ou responsável, por instrumento público, para a realização das Provas de Habilidades Específicas, sendo obrigatório a todos a apresentação da cédula de identidade (original), para a participação em cada uma das etapas.

13.4 A Universidade Federal do Paraná e a Polícia Militar do Paraná estão isentas de qualquer responsabilidade por acidentes que resultarem na incapacidade parcial ou total do candidato, originados por imprudência, imperícia ou negligência do mesmo, durante a realização das Provas de Habilidades Específicas.

13.5 As Provas de Habilidades Específicas serão aplicadas por comissões designadas pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná.

13.6 Em hipótese alguma será realizado novo teste onde candidato tiver sido considerado ausente, inapto, desclassificado ou contra-indicado.

13.7 Fica vedado o aproveitamento de candidatos classificados como suplentes para o preenchimento de vagas em concurso subsequente.

13.8 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

a) Usar ou tentar usar de meios fraudulentos, bem como portar material que possa ser utilizado para fraudar a realização de qualquer prova, teste ou exame.

b) Faltar ou chegar atrasado para a realização de qualquer prova, teste ou exame.

c) Não portar documento comprobatório da inscrição e de identidade com fotografia para a realização de qualquer prova, teste ou exame.

13.9 Os casos omissos serão resolvidos pelo Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná.

13.10 Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

a) Anexo “1” — Conteúdo do Exame de Capacidade Física;

b) Anexo “II” — Conteúdo do Exame de Habilidades Específicas;

c) Anexo “III” — Conteúdo do Exame de Informática.

Curitiba, 03 de agosto de 2007

NEMÉSIO XAVIER DE FRANÇA FILHO, Cel QOPM
COMANDANTE-GERAL DA PMPR

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
COMANDO-GERAL
GABINETE

EDITAL n.º 004/2005

**CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DE
SOLDADO POLICIAL MILITAR (QPM 1-0) DA POLÍCIA MILITAR DO
PARANÁ**

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ (PMPR), com sede de comando à Avenida Marechal Floriano Peixoto, n.º 1401, Bairro Rebouças, Curitiba-PR, CEP 80.230-110, tendo em vista o disposto no art. 42, § 1.º, c/c art. 142, § 3.º, inciso X da Constituição Federal; no art. 45, *caput* e § 9.º da Constituição Estadual; nos arts. 10 *caput* e parágrafo único, 19, 20, alínea “b”, 21, inciso II, 43, alínea “e”, da lei n.º 1.943, de 23/06/1954 (Código da Polícia Militar); no art. 4.º da lei n.º 6.774, de 08/01/1976 (Lei de Organização Básica); no art. 2.º da lei n.º 7.047, de 21/11/1978 que fixa o efetivo da Corporação; no art. 1.º, § 2.º, da lei n.º 12.975, de 17/11/2000; na Lei Estadual nº 14.804, de 20/07/05, no Decreto Estadual nº 5.309, de 29/08/05 e na autorização governamental constante no protocolo n.º 8.630.278-0, torna público que se acham abertas as inscrições ao Concurso Público para ingresso na PMPR, destinado ao preenchimento de 1.000 (um mil) vagas, nos termos deste Edital.

Considerando a natureza especial da função de Policial Militar e o interesse público, ficam destinadas até 50% (cinquenta por cento) das vagas das inclusões para pessoas do sexo feminino, observada a ordem de classificação geral.

De acordo com o disposto na lei estadual n.º 14.274, de 24 de dezembro de 2003, ficam assegurados aos candidatos que se declararem afrodescendentes, nos termos do art. 4.º dessa Lei, 10% (dez por cento) do total de vagas ofertadas.

Os candidatos afrodescendentes que não lograrem êxito na classificação dentro do número de vagas preferenciais, concorrerão, em igualdade de condições, às vagas remanescentes com os demais candidatos.

As vagas preferenciais destinadas aos afrodescendentes que não forem preenchidas serão revertidas aos demais candidatos, respeitados os limites entre masculinas e femininas.

Os candidatos que se declararem afrodescendentes, serão submetidos à entrevista individual realizada por Subcomissão específica, a fim de verificar se o candidato se enquadra dentro do disposto no artigo quarto da Lei supracitada, logo após a divulgação do resultado da 1.ª Fase (Prova Escrita de Conhecimentos).

Não sendo confirmado por comissão específica o que se refere ao art. 4.º da lei n.º 14.274/03, o candidato será desclassificado do Concurso.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público visa a selecionar candidatos ao ingresso na PMPR, na condição de Soldado de 2.ª Classe, e conseqüente matrícula como aluno

do Curso de Formação de Soldados (CFSd), o qual, concluído com aproveitamento, propiciará a imediata promoção do militar a Soldado de 1.ª Classe e enquadramento na Qualificação Policial Militar QPM 1-0.

1.2 O Curso de Formação destina-se a propiciar ao militar estadual os conhecimentos necessários à execução de atividades de polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, através dos tipos, modalidades e processos de policiamento ostensivo e velado, previstos nas constituições federal/estadual e legislações/atos normativos vigentes e terá a duração de 1.300 (um mil e trezentas) horas-aula, em regime de dedicação exclusiva, incluindo atividades noturnas, feriados e finais de semana.

1.3 Como Soldado de 2.ª Classe, o militar fará jus, desde o seu ingresso na PMPR, à remuneração de R\$ 867,00 (oitocentos e sessenta e sete reais), fardamento, assistência médico-hospitalar, psicológica e odontológica, conforme legislação em vigor.

1.4 A execução da primeira fase do Concurso Público regido por este Edital caberá ao Núcleo de Concursos (NC) da Universidade Federal do Paraná (UFPR); as demais fases serão de responsabilidade da Diretoria de Pessoal (DP), por intermédio do Centro de Recrutamento e Seleção (CRS) da PMPR.

1.5 O prazo de validade do Concurso será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período. No caso de restarem suplentes, estes poderão ser chamados, havendo interesse institucional, dentro do prazo de validade do concurso; se decorridos 6 (seis) meses do encerramento do Concurso os suplentes convocados serão submetidos novamente ao Exame de Saúde, Capacidade Física e Pesquisa Social.

2 DO CURSO DE FORMAÇÃO

2.1 O Curso de Formação será realizado no CFAP - Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (Órgão de Apoio de Ensino subordinado à Diretoria de Ensino da PMPR), localizado no município de São José dos Pinhais, PR, Bairro Guatupê.

2.2 A critério da Diretoria de Ensino da PMPR, o Curso de Formação poderá ser descentralizado para qualquer Unidade da Polícia Militar no Estado, atendidas a conveniência e oportunidade e conforme as necessidades da Corporação e suas disponibilidades de logística e docente.

2.3 Caso sejam abertos Cursos de Formação em outras OPM - Organização Policial Militar -, diversas do CFAP em São José dos Pinhais, terão preferência para freqüentá-los os candidatos aprovados que residam na circunscrição territorial da Unidade, respeitada a ordem de classificação e número de vagas.

2.4 Após a conclusão do CFSd, independentemente da localidade/Unidade Policial Militar onde o militar realizou o Curso de Formação, será ele classificado em qualquer uma das Unidades da PMPR para onde for designado.

3 DA INSCRIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR

3.1 Da Inscrição

3.1.1 A inscrição do candidato deverá ser efetuada somente via Internet, no endereço eletrônico www.nc.ufpr.br.

3.1.2 O candidato poderá efetuar sua inscrição a partir das 8 horas do dia 10 de outubro de 2005 até as 12 horas do dia 24 de outubro de 2005.

3.1.3 Após o preenchimento do formulário de inscrição, o candidato deverá fazer a conferência das informações antes de confirmar e, após, imprimir o boleto bancário e pagá-lo preferencialmente nas casas lotéricas ou na rede bancária até o dia 24 de outubro de 2005.

3.1.4 O valor da taxa de inscrição será de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais).

3.1.5 Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a participação no Concurso Público, bem como, caso aprovado e classificado, dos exigidos para a admissão, pois a taxa, uma vez paga, só será restituída em caso de anulação plena do Concurso Público.

3.1.6 A inscrição somente será considerada confirmada após a identificação eletrônica do pagamento da taxa.

3.1.7 Será considerada nula a inscrição se o cheque utilizado para o pagamento da taxa for devolvido pelo banco por qualquer motivo ou por agendamento não efetivado.

3.1.8 Não será aceita inscrição condicional ou extemporânea, nem tampouco por correspondência.

3.1.9 A partir de 28 de outubro de 2005 o candidato deverá consultar, via Internet, pelo site www.nc.ufpr.br, a situação de sua inscrição; em caso de não confirmação da sua inscrição, o candidato deverá entrar em contato com o Núcleo de Concursos pelo telefone (41) 3266-0909.

3.1.10 O preenchimento da ficha de inscrição é de exclusiva responsabilidade do candidato. A PMPR e o Núcleo de Concursos da UFPR não se responsabilizarão por informações e endereços incorretos ou incompletos fornecidos pelo candidato.

3.1.11 O candidato que fizer declarações falsas ou inexatas na ficha de inscrição terá a mesma cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes.

3.1.12 Não será devolvida em hipótese alguma o valor referente à taxa de inscrição a candidato que assim o requerer.

3.1.13 A partir de 25 de novembro de 2005, o candidato deverá acessar o site www.nc.ufpr.br e imprimir o seu comprovante de ensalamento, no qual estará indicado o local, horário e endereço da realização da prova.

3.2 Das Condições de Ingresso na PMPR

3.2.1 Os candidatos aprovados em todas as fases do Concurso Público regulado por este Edital, dentro do limite de vagas estabelecidas, somente ingressarão na Polícia Militar do Paraná se atendidos os seguintes requisitos:

- a) Ser brasileiro.
- b) Ter concluído o Ensino Médio (ou equivalente).
- c) Não se encontrar denunciado em processo criminal pela prática de crime de natureza dolosa e nem possuir antecedentes criminais ou policiais incompatíveis com a carreira militar.
- d) Ter, no mínimo, 1,65m de altura, se do sexo masculino e 1,60m de altura, se do sexo feminino.
- e) Estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar.
- f) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- g) Ter no mínimo 18 (dezoito) e no máximo 30 (trinta) anos de idade no ato da inscrição, tendo como data definida o último dia de inscrição.
- h) Não ter sido excluído ou licenciado a bem da disciplina da PMPR, das Forças Armadas ou de outras Forças Auxiliares.
- i) Como servidor público, não ter sido demitido a bem do serviço público ou por ato de improbidade administrativa.

4 DA COMISSÃO DE CONCURSO

4.1 A Comissão de Concurso, designada pelo Comandante Geral, será constituída por um Oficial Superior ou Intermediário como Presidente e dois Oficiais Intermediários ou Subalternos como Membros, sendo os trabalhos divididos em quatro Subcomissões:

I - Subcomissão de Sanidade Física e Mental

Será composta por Médicos, Dentistas, Psicólogos credenciados pelo Conselho Regional de Psicologia e Médico Psiquiatra. Será Presidida por 01 (um) Oficial Médico do Quadro de Saúde da Polícia Militar do Paraná.

II - Subcomissão de Exame de Capacidade Física

Será composta por Oficiais Superiores, Intermediários, Subalternos e Graduados.

III - Subcomissão de Pesquisa Social

Será composta por Oficiais Superiores, Intermediários e Subalternos.

IV - Subcomissão de Verificação de Afrodescendência

Será composta por Oficiais Superiores, Intermediários, Subalternos, Graduados da PMPR e poderão compor esta subcomissão, membros reconhecidos de instituições não governamentais ligadas a movimentos de inclusão racial.

4.1.1 Os integrantes das referidas Subcomissões comporão as respectivas Bancas Examinadoras (teórica e prática) e deverão apresentar à Comissão do Concurso os resultados obtidos pelos candidatos, por meio de termo lavrado e assinado por toda a Subcomissão.

4.1.2 A Comissão do Concurso contará com uma Secretaria composta por militares de livre escolha do Presidente da Comissão especialmente designados para a realização dos trabalhos.

4.1.3 Aos membros da Comissão e Subcomissões poderão ser delegadas outras atribuições a fim de viabilizar e racionalizar o desenvolvimento das atividades atinentes ao Concurso.

5 DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1 O Concurso Público regido por este Edital será desenvolvido em quatro fases, todas de caráter eliminatório, com exceção da primeira fase que visa também classificar os candidatos.

1.ª fase - Prova escrita de conhecimentos, que compreenderá prova objetiva.

2.ª fase - Exame de saúde, que compreenderá avaliação médica, odontológica e psicopatológica.

3.ª fase - Exame de capacidade física, que compreenderá teste de suficiência física.

4.ª fase - Exame social e documental.

6 DA PRIMEIRA FASE: PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

6.1 A prova escrita de conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório, constará de prova objetiva que abrangerá conteúdos em nível do ensino médio.

6.1.1 A prova objetiva constará de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, havendo apenas uma correta dentre 5 (cinco) alternativas. As questões serão assim distribuídas: Português - 15 (quinze) questões; Matemática - 5 (cinco) questões; Física - 5 (cinco) questões; Química - 5 (cinco) questões; Biologia - 5 (cinco) questões; História - 5 (cinco) questões; Geografia - 5 (cinco) questões; Estatuto da Criança e do Adolescente - 5 (cinco) questões. Os conteúdos programáticos acham-se descritos no Anexo "A" deste Edital.

6.1.2 Cada uma das questões objetivas valerá 1 (um) ponto.

6.1.3 A prova será realizada no dia 04 de dezembro de 2005 na cidade de Curitiba, nos locais indicados no comprovante de ensalamento (conforme subitem 3.1.13. deste Edital), no horário das 14 horas às 18 horas, num total de 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

6.1.4 Os candidatos que a critério médico devidamente comprovado estiverem impossibilitados de realizar a prova em sala, farão essa prova em local especialmente designado pelo Núcleo de Concursos.

6.1.5 Em hipótese alguma serão realizadas provas fora do local, cidade e horário determinados.

6.1.6 As portas de acesso aos locais de prova serão fechadas às 13 horas e 30 minutos para a entrada de candidatos. O horário a ser seguido é o do Serviço Hora Certa Brasil Telecom - fone 130.

6.1.6.1 Em função de fatores externos, e a critério do NC, poderá ocorrer prorrogação no fechamento das portas de acesso de um ou mais locais onde serão realizadas as provas.

6.1.7 É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do seu local de realização das provas e o comparecimento no horário determinado.

6.1.8 Para a realização da prova o candidato deverá portar somente o documento de identificação, o comprovante de inscrição, caneta esferográfica com tinta preta, lapiseira ou lápis e borracha.

6.1.9 Poderá realizar a prova o candidato que exibir o documento oficial de identidade original e o comprovante de inscrição ao adentrar no local de provas e assinar a lista de presença, sob pena de ser considerado ausente.

6.1.10 Todos os candidatos terão sua impressão digital coletada como forma de identificação.

6.1.11 Caso o original dos documentos citados tenha sido roubado ou furtado, o candidato deverá comprovar essa condição por meio de BO (Boletim de Ocorrência) e será admitido para realizar a prova após preencher uma ficha de identificação suplementar, com três assinaturas e coleta de impressões digitais, devendo, também, em no máximo 3 (três) dias após a prova, apresentar na Secretaria do Núcleo de Concursos protocolo de solicitação de novo documento.

6.1.12 Serão considerados documentos oficiais de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores do exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais do Ministério Público e da Magistratura; Carteiras expedidas por órgão público que por lei federal valem como identidade; Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo, com foto).

6.1.13 Não serão aplicadas, em hipótese alguma, provas fora do espaço físico ou dos horários predeterminados neste Edital ou comunicados no endereço eletrônico www.nc.ufpr.br.

6.1.14 Não haverá segunda chamada para as provas, importando a ausência do candidato na sua eliminação sumária do Concurso Público.

6.1.15 Será de inteira responsabilidade do candidato cumprir as instruções contidas no caderno de provas.

6.1.16 O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções especificadas neste Edital e no próprio caderno de provas; em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.

6.1.17 Não serão permitidas consultas bibliográficas nem a utilização de outros equipamentos e/ou materiais.

6.1.18 No dia da realização da prova não será permitido ao candidato permanecer no local da prova portando armas ou aparelhos eletrônicos (*bip*, telefone celular, relógio, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador etc.). O descumprimento da presente instrução implicará na eliminação do candidato.

6.1.19 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que:

- a) utilizar ou tentar usar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros no Concurso Público;
- b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de qualquer prova;
- c) faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes e com os demais candidatos;
- d) recusar-se a entregar o cartão-resposta ao término do tempo destinado para a realização da prova;
- e) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de membro da equipe de aplicação das provas;
- f) descumprir as instruções contidas neste Edital, no caderno de provas e no cartão-resposta;
- g) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

6.1.20 Se a qualquer tempo for constatado ter o candidato utilizado processo ilícito por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou apresentada declaração falsa ou inexata quanto a aspecto relevante à sua participação no Concurso Público, o candidato terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado.

6.1.21 O candidato só poderá entregar o seu cartão-resposta e retirar-se da sala decorridas, no mínimo, 1h 30min do seu início.

6.1.22 Ao terminar a prova o candidato deverá obrigatoriamente entregar ao aplicador de prova o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova.

6.1.23 Os três últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as provas e retirar-se do local simultaneamente.

6.1.24 Serão eliminados os candidatos que não obtiverem 50% de acertos, ou seja, o mínimo de 25 (vinte e cinco) pontos na prova escrita de conhecimentos.

6.1.25 Serão classificados e convocados à fase subsequente do Concurso somente os 3.000 (três mil) candidatos(as) melhor classificados em ordem decrescente dos pontos obtidos na prova escrita de conhecimentos, incluídos os candidatos(as) que se declararam afrodescendentes em face das vagas preferenciais.

7 CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 Em caso de igualdade de notas na classificação, o desempate se dará da seguinte forma:

- a) maior nota nas questões de português da prova objetiva;
- b) maior nota nas questões de matemática da prova objetiva;
- c) maior idade.

8 DOS RECURSOS À PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS

8.1 No dia 05 de dezembro de 2005, a partir das 17 horas, será divulgado gabarito oficial provisório da prova objetiva nos endereços eletrônicos www.nc.ufpr.br e www.pr.gov.br/pmpr.

8.2 O candidato que desejar interpor recurso às questões objetivas disporá de até 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação do gabarito.

8.3 O recurso deverá ser formalizado e devidamente fundamentado mediante modelo de requerimento em formulário específico que estará disponível no endereço eletrônico www.pr.gov.br/pmpr.

8.4 O candidato deverá entregar e protocolar o recurso até as 17 horas do dia 07 de dezembro de 2005, no Protocolo Geral da Polícia Militar do Paraná, localizado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 1401, bairro Rebouças, em Curitiba - PR, aos cuidados do Chefe do Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR.

8.5 Não serão aceitos recursos via postal, via fax ou via correio eletrônico.

8.6 Os recursos interpostos serão respondidos exclusivamente pelo Centro de Recrutamento e Seleção da PMPR e a devolutiva será disponibilizada somente aos candidatos recorrentes, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis após a interposição.

8.7 Se do exame dos recursos resultar a anulação de questão(ões), esta(s) será(ão) considerada(s) como correta(s) para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

8.8 Se houver alteração do gabarito, por força de recurso, este será publicado e os resultados reprocessados.

9 DA SEGUNDA FASE: EXAME DE SAÚDE

9.1 O exame de saúde, de caráter eliminatório, compreenderá avaliação médica e odontológica e avaliação psicopatológica. Esses exames têm por finalidade detectar condições mórbidas que venham a constituir-se em restrições ao pleno desempenho das atividades inerentes à carreira militar estadual ou que no exercício das atividades de policial militar possam expor o candidato ao agravamento dessas condições mórbidas ou eventualmente a risco de vida pessoal ou a integridade física de terceiros, selecionando o candidato apto ao exercício pleno das funções da carreira de militar e atividades inerentes a ela. Está compreendida, nessa fase do Concurso, a verificação de condições físicas que não voltadas à morbidez sejam consideradas impeditivas à realização do Exame de Capacidade Física, face o intenso esforço físico a que serão submetidos os candidatos.

9.1.1 As avaliações constantes do Exame de Saúde serão realizadas nos locais, datas e horários constantes de Edital específico a ser divulgado para a convocação dos candidatos.

9.1.2 As avaliações serão procedidas por Juntas de Inspeção de Saúde, constituídas por Médicos e Dentistas, e por Psicólogos e Psiquiatras designados para essa finalidade.

9.1.3 Por ocasião da realização da avaliação médica, o candidato deverá obrigatoriamente apresentar os resultados dos exames laboratoriais citados no subitem 9.1.4, cuja data da realização deverá ser inferior a 90 (noventa) dias da apresentação, sob pena de não ser submetido ao exame médico e ser desclassificado do Concurso.

9.1.4 Todos os exames laboratoriais a seguir mencionados serão custeados pelos candidatos:

- Hemograma completo;
- Glicemia de jejum;
- Creatinina sérica;
- Sorologia para lues (VDRL quantitativo);
- Sorologia para HIV (HIV I e HIV II);
- Machado Guerreiro;
- Gama GT;
- Parcial de urina;
- Radiografia de tórax PA com laudo;
- Eletrocardiograma de repouso com laudo;
- Eletroencefalograma com laudo e exame;
- Laudo de acuidade visual com e sem correção;
- Toxicológico clínico, o qual deverá ser realizado em laboratório oficialmente reconhecido e a critério do candidato(a), por meio de coleta de material orgânico (urina), em recipiente de prova e contra-prova, cujo resultado deverá apresentar negatividade para: Anfetaminas [anfetamina, metanfetamina, efedrina, ecstasy (MDMA, MDEA, MDA, metadona)]; Opiáceos (morfina, codeína, dihidrocodeína); Barbiturados (fenobarbital, amobarbital, pentobarbital, butabarbital, secobarbital); Canabinóides (maconha); Benzodiazepínicos (flurazepan, oxazepan etc.) e Cocaína (metabólitos);
- Teste diagnóstico de gravidez. Sendo a gravidez constatada no exame clínico ou por meios laboratoriais, constituir-se-á em impeditivo à realização da fase subsequente do Concurso, Exame de Capacidade Física, no qual se exigirá um intenso esforço físico de todos os candidatos e, por conseguinte, expondo a risco de morte as candidatas que porventura estejam grávidas e ao embrião/feto, além do que, deve ser preservado o tratamento isonômico e igualitário a todos os concorrentes. Também deve ser observado que encerradas as fases do Concurso, os candidatos classificados dentro das vagas ofertadas serão incluídos na PMPR (como Soldado de 2.ª Classe) para a realização do Curso de Formação, no qual serão exigidos, em grande parte da respectiva carga horária, intensos esforços físicos nas disciplinas de educação física militar, ordem unida, tiro policial, defesa pessoal e estágios de policiamento nas diversas modalidades, o que também não coaduna com a condição de gravidez, face os riscos de morte para a candidata e para o embrião/feto.

9.1.5 Por ocasião da apresentação dos resultados dos exames laboratoriais, quando do exame clínico, e a critério da Junta de Inspeção, os candidatos deverão realizar os seguintes exames complementares, no prazo de 07 (sete) dias úteis, também custeados pelos candidatos, para que seja realizada nova inspeção de saúde:

- Eletrocardiograma de esforço e/ou ecocardiograma, para candidatos cujos laudos de eletrocardiograma de repouso suscitarem dúvidas quanto à aptidão física para ingresso na Polícia Militar;
- Radiografia simples de coluna PA e Perfil, para candidatos portadores de desvios da coluna;
- Eletroencefalograma - será considerado(a) apto(a) candidato(a) que apresentar resultado nos grupos I e II, sendo considerado(a) inapto(a) os(as) candidatos(as) que apresentarem resultados nos grupos III e IV;
- Radiografia simples da coluna e escanometria de membros inferiores, para candidatos portadores de báscula de bacia; e
- Ressonância magnética de joelhos, para candidatos que tenham se submetido à cirurgia de joelho.

9.1.6 As Juntas de Inspeção de Saúde, a seu critério, poderão solicitar outros exames, se necessário, com a finalidade de esclarecerem dúvidas diagnósticas ou suscitadas pelos laudos dos exames apresentados pelos candidatos.

9.1.7 Serão julgados incapazes pelas Juntas de Inspeção de Saúde para ingresso na Polícia Militar os candidatos que:

- a) não preencherem os índices mínimos constantes deste Edital e/ou incidirem nas condições incapacitantes, impeditivas ou excederem a proporcionalidade de peso e altura prevista neste Edital;
- b) apresentarem alterações nos exames complementares, consideradas incompatíveis com a atividade de policial militar;
- c) deixarem de apresentar algum exame relacionado no presente Edital ou com respectivo laudo ausente ou incompleto;
- d) incidirem em condição clínica que, embora não conste do presente Edital, seja considerada incapacitante para a atividade policial militar pela Junta de Inspeção de Saúde.

9.1.8 Serão considerados índices mínimos exigidos:

- a) altura mínima de 1,65m para candidatos do sexo masculino e 1,60m para candidatas do sexo feminino e estar dentro dos limites da tabela de proporção peso/altura;
- b) acuidade visual - índice mínimo de 20/25 (SNELLEN), em cada olho, medido a 6 (seis) metros, sem correção. Não serão permitidas cirurgias de correção de miopia dentro de um período de 6 meses entre o procedimento cirúrgico e a inspeção de saúde;

- c) censo cromático - é admissível a discromatopsia de graus leve e médio, e incapacitante a de grau acentuado, definidas de acordo com as instruções que acompanham cada modelo de teste empregado.

9.1.9 Na avaliação odontológica serão consideradas como condições mínimas:

- ausência de raízes inaproveitáveis proteticamente;
- ausência de dentes que possuam cimentos obturados provisórios;
- ausência de anomalias de desenvolvimento de lábios, língua, palato que prejudiquem a funcionalidade do aparelho estomatognático;
- ausência de dentes cariados ou com lesões periapicais;
- presença de todos os dentes anteriores (incisivos e caninos), tolerando-se dentes artificiais, desde que satisfaçam estética e função, inclusive prótese total;
- ausência de lesões periodontais graves;
- a presença de raízes híginas que foram aproveitadas proteticamente serão consideradas como dentes naturais para todos os efeitos, desde que possuam a referida peça protética;
- as próteses utilizadas para substituírem os dentes naturais deverão apresentar adaptabilidades adequadas;
- ausência de distúrbios da fala.

9.1.10 Limites mínimos de motilidade:

a) Limites mínimos de motilidade da extremidade superior:

- Ombro - elevação para diante a 90°, abdução a 90°.
- Cotovelo - flexão a 100°, extensão a 150°.
- Punho - alcance total a 15°.
- Mão - supinação/pronação a 90°.
- Dedos - formação de pinça digital.

b) Limites mínimos de motilidade da extremidade inferior:

- Coxo-femural - flexão a 90°, extensão a 10°.
- Joelho - extensão total, flexão a 90°.
- Tornozelo - dorsiflexão a 10°, flexão plantar a 10°.

9.1.11 Índices cardiovasculares:

- Pressão arterial medida em repouso e em decúbito dorsal ou sentado:
 - Sistólica - igual ou menos de que 140mmHg.
 - Diastólica - igual ou menos de que 90mmHg.
- Pulso arterial medido em repouso - igual ou menor que 100bat/min.

9.1.12 Índice audiométrico:

- Serão considerados aptos os candidatos que apresentarem perdas auditivas em qualquer ouvido até 20 decibéis, nas frequências de 500HZ e 1000HZ;

30 decibéis, na frequência de 2000HZ e 35 decibéis, nas frequências de 3000 a 8000HZ, por vias aérea e óssea.

9.1.13 Condições incapacitantes: além das condições previstas nas “Instruções Reguladoras do Emprego da Relação das Doenças que motivaram a exclusão do serviço ativo do Exército” (Portaria n.º 024-DGS, de 12/07/1988 – IR 70-12), constituem condições incapacitantes à inclusão na Polícia Militar:

a) Cabeça e pescoço. Deformações, perdas externas de substância; cicatrizes extensas, deformantes, aderentes ou antiestéticas; contrações musculares anormais, cisto branquial, higroma cístico de pescoço e fístulas.

b) Ouvido e audição. Deformidades ou agenesia do pavilhão auricular; anormalidades do conduto auditivo e tímpano. Infecções crônicas recidivantes, otite média crônica, labirintopatias e tumores. No teste audiométrico serão observados os índices de acuidade auditiva constantes dos Índices Mínimos exigidos.

c) Olhos e visão. Infecções e processos inflamatórios, excetuando conjuntivites agudas e hordéolo; ulcerações, tumores, excetuando cisto benigno palpebral; opacificações corneanas, degenerações, seqüelas de traumatismo ou de queimaduras; doenças congênitas e deformidades congênitas ou adquiridas, incluindo desvios dos eixos visuais superiores a 10 graus; anormalidades funcionais significativas e diminuição da acuidade visual além da tolerância permitida; lesões retinianas, doenças neurológicas ou musculares oculares. Qualquer cirurgia refrativa é incapacitante, como também a discromatopsia de grau acentuado.

d) Boca, nariz, laringe, faringe, traquéia e esôfago. Anormalidades estruturais congênitas ou não; desvio acentuado de septo nasal, mutilações, tumores, atresias e retrações; seqüelas de agentes nocivos; fístulas congênitas ou adquiridas; infecções crônicas ou recidivantes; deficiências funcionais na mastigação, respiração, fonação e deglutição; doenças alérgicas do trato respiratório.

e) Dentes. Estado sanitário geral deficiente, infecções, má oclusão e tumores; restaurações, dentaduras e pontes insatisfatórias; deficiências funcionais. Para estabelecer as condições normais de estética e mastigação, tolera-se a prótese dental, desde que o inspecionado apresente dentes naturais, conforme “Índices Mínimos”.

f) Pele e tecido celular subcutâneo. Infecções crônicas ou recidivantes; micoses extensas, infectadas ou crônicas; parasitoses cutâneas extensas; eczemas alérgicas crônicas ou infectadas; expressões cutâneas das doenças auto-imunes; manifestações das doenças alérgicas de difícil resolução; ulcerações e edemas; cicatrizes deformantes que comprometam a estética; nevus vasculares e externos ou antiestéticos. Tatuagens, se expressando motivos obscenos, ofensivos ou de morte, que possam ser consideradas como manifestações de desequilíbrios psíquicos, não sendo toleradas em hipótese alguma na cabeça, pescoço e abaixo do terço distal do braço, antebraço e mão. Presença de *piercing* para candidatos do sexo masculino em qualquer área do corpo e para candidatas do sexo feminino em regiões do supercílio, nariz, lábios, língua, mamas e órgãos genitais.

g) Pulmões e paredes torácicas. Deformidades relevantes congênitas ou adquiridas de caixa torácica; função respiratória prejudicada; doenças e defeitos, congênitos ou adquiridos; infecções bacterianas ou micóticas; doenças imuno-alérgicas do trato respiratório inferior (considerando-se a história); fístula e fibrose

pulmonar difusa; tumores malignos e benignos dos pulmões e despleura, anormalidades radiológicas, exceto se insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida e sem comprometimento funcional.

h) Sistema cardiovascular. Anormalidades congênitas ou adquiridas; infecções e inflamações, arritmias, doenças do pericárdio, miocárdio, endocárdio e da circulação intrínseca do coração; anormalidade do feixe de condução e outras, detectadas no eletrocardiograma; doenças oro-valvulares; hipotensão arterial com sintomas; hipertensão arterial e taquiesfigmia; alterações significativas da silhueta cardíaca no exame radiológico; doenças venosas, arteriais e linfáticas.

i) Abdome e trato digestivo. Anormalidades da parede (ex: hérnias, fístulas), à inspeção ou palpação; visceromegalias; infecções, esquistossomose e outras parasitoses graves (ex: doença de Chagas, calazar, malária, amebíase extra-intestinal); micoses profundas, história de cirurgia significativa ou ressecções importantes; doenças hepáticas e pancreáticas; lesões do trato gastrointestinal; distúrbios funcionais, desde que significativos; tumores benignos e malignos.

j) Aparelho gênito-urinário. Anormalidades congênitas ou adquiridas da genitália, rins e vias urinárias; tumores; infecções e outras lesões demonstráveis no exame de urina; criptorquidia; o testículo único não é incapacitante, desde que não resulte de criptorquidia do outro testículo; varicocele, volumosa e/ou dolorosa. A hipospádia não é incapacitante.

k) Aparelho osteo-mio-articular. Doenças e anormalidades dos ossos e articulações, congênitas ou adquiridas, inflamatórias, infecciosas, neoplásicas e traumáticas; desvios ou curvaturas anormais significativos da coluna vertebral; deformidades ou qualquer alteração na estrutura normal das mãos e pés; próteses cirúrgicas e seqüelas de cirurgia. No caso de pé plano e curvatura discreta da coluna vertebral, será buscado o parecer especializado para avaliação de sintomas, distúrbios funcionais orgânicos e vício postural.

l) Doenças metabólicas e endócrinas. “Diabetes mellitus”; tumores hipotalâmicos e hipofisários; disfunção tiroideana sintomática; tumores da tiróide, exceto cistos insignificantes e desprovidos de potencialidade mórbida; tumores de supra-renal e suas disfunções congênitas ou adquiridas; hipogonadismo primário ou secundário; distúrbios do metabolismo do cálcio e fósforo, de origem endócrina; erros inatos do metabolismo; desenvolvimento anormal, em desacordo com a idade cronológica.

m) Sangue e órgãos hematopoiéticos. Alterações do sangue e órgãos hematopoiéticos significativas. A história é importante nas doenças hemorrágicas. Alterações hematológicas consideradas significativas deverão ser submetidas a parecer especializado.

n) Doenças neuropsiquiátricas. Distúrbios neuromusculares; afecções neurológicas; anormalidades congênitas ou adquiridas; ataxias, incoordenações, tremores, paresias e paralisias, atrofia e fraquezas musculares. Será avaliada cuidadosamente a história para detectar síndromes convulsivas, distúrbios de consciência, distúrbios comportamentais e de personalidade, transtornos mentais associados ao alcoolismo, abuso de substâncias psicoativas, psicoses, estados paranóides e transtornos de personalidade.

o) Tumores e neoplasias. Qualquer tumor maligno; tumores benignos, dependendo da localização, repercussão funcional, potencial evolutivo ou

comprometimento estético importante. Se o perito julgar insignificante pequenos tumores benignos (ex: cisto sebáceo, lipoma), deverá justificar sua conclusão.

p) Doenças sexualmente transmissíveis. Qualquer DST é incapacitante. Serão toleradas cicatrizes sorológicas para lues.

q) Condições ginecológicas. Neoplasias; coforite; cistos ovarianos não funcionais; salpingite, lesões uterinas e outras anormalidades adquiridas, exceto insignificantes e desprovidas de potencialidade mórbida; anormalidades congênitas; mastites específicas, tumorações da mama.

9.1.14 Proporcionalidade de peso e altura. A avaliação da proporcionalidade de peso e altura será realizada pelo IMC (Índice de Massa Corpórea), cujo cálculo será apurado utilizando-se a fórmula do IMC (abaixo), considerando-se aptos aqueles que estiverem dentro dos seguintes limites:

1) Sexo masculino: IMC entre 18 e 30.

2) Sexo feminino: IMC entre 18 e 28.

Será incapacitado todo candidato que tiver realizado cirurgia de obesidade a menos de 2 anos da data da inspeção de saúde.

Fórmula para cálculo do IMC:

$$\text{IMC} = \frac{\text{PESO CORPORAL (em kg)}}{(\text{ALTURA})^2 \text{ (em metros)}}$$

9.2 Do Exame Psicopatológico

9.2.1 Objetivo. O Exame Psicopatológico, de caráter eliminatório, tem como objetivo indicar os candidatos que possuam características intelectivas, motivacionais e de personalidade compatíveis com a multiplicidade, periculosidade e sociabilidade das atribuições da função policial militar, além do porte de arma de fogo, e contra-indicar aqueles que apresentem características psicológicas incompatíveis com tais atribuições, de acordo com os parâmetros do perfil psicológico estabelecido para o cargo (vide Tabela do Perfil Profissiográfico).

9.2.2 Método

- Mensuração. Serão realizadas avaliações das características predominantes de personalidade, de habilidades específicas e de evidências de patologias, por meio da aplicação de instrumentos psicométricos validados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) que resultem na obtenção de dados objetivos e fidedignos.

- Procedimento. O Exame Psicopatológico será realizado por meio de provas coletivas, ou seja, aplicação simultânea a todos os candidatos, em igualdade de condições e em dias e horários divulgados previamente, de testes psicométricos objetivos e projetivos.

- Para a realização dos testes, os candidatos deverão portar lápis preto n.º 2, borracha e caneta preta ou azul.

- Para a submissão ao Exame Psicopatológico, recomenda-se ao candidato os seguintes cuidados: dormir pelo menos 08 (oito) horas na noite que antecede o

Exame, alimentar-se de forma habitual no dia do Exame, fazer abstinência de álcool ou outra substância psicoativa nas 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o Exame. O não cumprimento destas orientações será de total responsabilidade do candidato.

9.2.3 Avaliação dos resultados. Serão contra-indicados os candidatos que apresentarem características incompatíveis com o perfil psicológico estabelecido pela PMPR para o exercício do cargo e/ou a presença de qualquer um dos tipos de transtornos mentais e comportamentais, conforme classificação do Código Internacional de Doenças (CID-10), detectada por meio dos testes utilizados, ou através de entrevista complementar.

9.2.4 Tabela do Perfil Profissiográfico

Característica	Parâmetro	Descrição
Controle emocional	Elevado	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.
Ansiedade	Diminuída	Preocupação antecipada com aceleração das funções orgânicas que podem afetar sua capacidade de reação diante de situações de estresse.
Impulsividade	Diminuída	Incapacidade de controlar as emoções e tendência a reagir de forma brusca e intensa diante de um estímulo interno ou externo.
Domínio psicomotor	Adequado	Habilidade cinestésica para movimentar o corpo com equilíbrio, atendendo às solicitações psíquicas e/ou emocionais.
Raciocínio espacial	Adequado	Capacidade de visualização, isto é, de formar representações mentais visuais e manipulá-las transformando-as em novas representações.
Atenção Concentrada	Elevada	Capacidade de abstrair-se de tudo e fixar a atenção em um objeto.
Autoconfiança	Adequada	Atitude de autodomínio, presença de espírito e confiança nos próprios recursos, estabelecendo contatos de forma resoluta e decidida, acreditando em si mesmo.
Resistência à frustração	Elevada	Habilidade de manter suas atividades em bom nível quando privado da satisfação de uma necessidade pessoal, em uma dada situação profissional ou pessoal.
Inteligência	Adequada	Grau de inteligência global dentro da faixa média, aliado à capacidade de incorporar novos conhecimentos e reestruturar conceitos já estabelecidos.
Memória	Elevada	Capacidade para memorizar sons e imagens, principalmente fisionomias, tornando-as disponíveis para a lembrança imediata.
Agressividade	Levemente elevada	Energia que dispõe o indivíduo a enfrentar situações adversas, direcionando-a de forma que

		seja benéfica para si e para a sociedade, mostrando-se uma pessoa combativa.
Adaptabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo adaptar seu comportamento às mais diversas situações.
Flexibilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo agir com desenvoltura nas mais diversas situações e/ou idéias.
Maturidade	Adequada	Desenvolvimento físico e psicológico de acordo com a idade cronológica.
Responsabilidade	Elevada	Capacidade do indivíduo tomar decisões, assumindo suas conseqüências.
Dinamismo	Elevado	Capacidade de desenvolver atividades intensas.
Iniciativa	Elevada	Capacidade em empreender e propor novas atitudes e/ou idéias.
Fluência verbal	Elevada	Capacidade em comunicar-se de forma compreensível e agradável.
Sociabilidade	Elevada	Capacidade em conviver em grupos de forma a proporcionar a possibilidade de trocas afetivas.
Capacidade de liderança	Elevada	Capacidade de gerenciar grupos em todos os seus aspectos.
Fobias	Ausentes	Medo irracional ou patológico de situações específicas como animais, altura, água, sangue, fogo etc., que levam o indivíduo a desenvolver evitação ou crises de pânico.
Honestidade	Elevada	Respeito aos limites alheios com probidade e decoro.

9.2.5 Resultados. O resultado do Exame Psicopatológico será divulgado em conjunto com os demais exames que compõem o Exame de Saúde. O motivo específico da desclassificação poderá ser informado por escrito, unicamente ao candidato (a), por um Psicólogo(a) componente da Comissão de Avaliação, desde que o candidato requeira no prazo de 02 (dois) dias úteis ao Presidente do Concurso. O candidato poderá fazer-se acompanhar de um psicólogo(a) de sua livre escolha, devidamente registrado no CRP, a fim de verificar os procedimentos técnicos adotados na avaliação, na data determinada para vistas dos resultados do Exame Psicopatológico (entrevista de devolução).

9.2.6 Recursos. Após a entrevista de devolução o candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recurso administrativo perante o Presidente da Comissão de Concursos, podendo ser assessorado ou representado por psicólogo que não tenha feito parte da comissão avaliadora, que fundamentará o pedido de revisão do processo de avaliação do recorrente. O psicólogo contratado pelo requerente poderá proceder à revisão do processo de avaliação do recorrente na presença de um psicólogo da Comissão Examinadora.

9.2.7 Não serão, em hipótese alguma, realizados novos testes aos candidatos contra-indicados.

10.1 O Exame de Capacidade Física será realizado por meio da aplicação do teste de suficiência física e terá caráter eliminatório, e compreenderá as seguintes provas:

Teste de Suficiência Física:

- Shuttle run;
- Tração na barra fixa (masculino) e isometria (feminino);
- Corrida de 2.400 metros.

10.2 Os objetivos, procedimentos para realização e índices/tabelas estão previstos no Anexo “B” deste Edital que trata das normas para aplicação e execução do Exame de Capacidade Física.

11 DA QUARTA FASE: EXAME SOCIAL E DOCUMENTAL

11.1 De caráter eliminatório, visa a comprovação da idoneidade moral e conduta do candidato.

11.2 O Exame Social e Documental constará de pesquisa social, compreendendo preenchimento de questionário, diligências (ambiência doméstica e social), entrevistas e pedidos de informação, que se estenderá inclusive ao período de formação.

11.3 O questionário, cujo preenchimento deverá ser efetuado após a divulgação do resultado da prova escrita de conhecimentos, visa coletar dados gerais sobre os candidatos por meio de formulário específico.

11.4 As diligências destinam-se a verificar *in loco* se o comportamento, de um modo geral, bem como se a conduta social do candidato não contrariam:

- a) os requisitos estabelecidos neste Edital para ingresso na PMPR;
- b) as obrigações e deveres inerentes ao futuro militar, de acordo com o previsto no Código da Polícia Militar do Paraná.

11.5 As diligências de Ambiência Social compreendem:

- a) Não ter envolvimento com pessoas comprometidas com ilícitos.
- b) Se, nos locais que trabalha ou trabalhou, as atividades são ou eram idôneas e lícitas. Em caso positivo, se o comportamento é ou era compatível com a condição de futuro militar (assíduo, pontual, honesto e relaciona-se ou relacionava-se bem com os colegas).
- c) Se os locais onde freqüentou ou costuma freqüentar são compatíveis com a condição de futuro militar, tendo em vista as pessoas que o freqüentam e as atividades que ali são realizadas.

11.6 As diligências de ambiência doméstica compreendem:

- a) Verificar se o candidato é possuidor de condições mínimas de higiene pessoal.
- b) Se não reside sob o mesmo teto com pessoas envolvidas em ilícitos.

11.7 A Entrevista tem a finalidade de comparar os dados fornecidos pelos candidatos e por terceiros com o apurado nas diligências realizadas, esclarecer

dúvidas, levantar outras informações julgadas necessárias e dar condições de emitir parecer conclusivo sobre a aprovação ou reprovação do candidato.

11.8 Os Pedidos de Informações visam coletar dados relativos aos antecedentes do candidato nos órgãos abaixo:

- a) Instituto de Identificação do Paraná;
- b) Escolas Públicas/Particulares;
- c) Secretaria de Estado da Educação do Paraná;
- d) Firmas Públicas/Particulares;
- e) Organizações Militares;
- f) Segunda Seção do Estado-Maior da PMPR;
- g) Delegacia Regional da Polícia Federal - Seção Paraná;
- h) Outros órgãos julgados necessários.

11.9 Será desclassificado do Concurso Público previsto neste Edital, o candidato que tenha sido considerado inapto ou contra-indicado em concursos anteriores da PMPR no Exame Social e Documental, salvo se houver cessado o motivo daquela reprovação, bem como aqueles que durante a realização de qualquer fase do certame faltarem com o respeito, a disciplina e a ética social com qualquer dos examinadores, concorrentes ou pessoas que porventura estejam nos locais de exame.

12 DA CLASSIFICAÇÃO

12.1 A classificação geral do Concurso para fins de inclusão na PMPR dentro das vagas ofertadas, será pela nota da prova escrita de conhecimentos, desde que o candidato(a) seja considerado(a) apto(a) nas demais fases previstas no presente Edital e será publicada no Diário Oficial do Estado e no endereço eletrônico da PMPR www.pr.gov.br/pmpr.

13 DO INGRESSO

13.1 Somente ingressará na Polícia Militar do Paraná o candidato que:

13.1.1 Satisfizer todas as condições previstas no subitem 3.2. deste Edital.

13.1.2 For aprovado e classificado dentro do número de vagas existentes, conforme critérios estabelecidos no presente Edital.

13.1.3 Apresentar os seguintes documentos no ato da inclusão, dentro do prazo previsto, sob pena de desclassificação:

- a) 01 (uma) foto 3x4 colorida recente de frente;
- b) Cédula de identidade do Paraná ou protocolo de seu requerimento junto ao Instituto de Identificação do Paraná e duas cópias;
- c) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e uma cópia;
- d) CPF e uma cópia;

- e) Comprovante de endereço com CEP e uma cópia;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação e uma cópia;
- g) Certificado de conclusão e histórico escolar do ensino médio ou equivalente, fornecido por instituição de ensino oficial ou regularmente reconhecida ou autorizada pelo órgão governamental competente;
- h) Certidão do Tribunal Regional Eleitoral, atestando que está em dia com as suas obrigações eleitorais bem como não ter incorrido em crime eleitoral;
- i) Certidão de casamento e uma cópia;
- j) Certidão de nascimento dos filhos e uma cópia;
- l) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
- m) Declaração de desvinculação, para o candidato que exerce cargo, emprego ou função públicos federal, estadual ou municipal, conforme prevêm os incisos XVI e XVII, do art. 37 da Constituição Federal;
- n) Certidão que comprove não existir impedimentos para a inclusão previstos nas alíneas “c”, “e”, “f”, “h” e “i” do subitem 3.2.1. deste Edital.

13.1.4 Os militares (ou ex-militares) das Forças Armadas, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares deverão apresentar ainda certidão do Arquivo-Geral e do Serviço de Justiça e Disciplina da respectiva Unidade Militar em que servem ou serviram, exceto na condição de prestação do serviço militar obrigatório.

13.1.5 A apresentação dos documentos exigidos é de inteira responsabilidade dos candidatos que poderão deixar de ser incluídos se não apresentá-los na data estipulada em Edital específico ou se apresentá-los rasurados, ilegíveis ou irregulares.

13.1.6 A declaração falsa ou inexata, bem como a apresentação de documentos ou informações falsos ou inexatos, determinarão a invalidação da inclusão e de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis.

13.1.7 O não comparecimento dos candidatos para efetivação da inclusão ou a não apresentação dos documentos exigidos dentro dos prazos estabelecidos em Edital específico, será entendido em desistência e implicará na sua eliminação do Concurso, sendo convocados candidatos suplentes na ordem rigorosa de classificação.

13.1.8 Não será admitida inclusão por procurador, salvo por motivo de doença plenamente justificado, desde que não impeça o candidato de iniciar o curso de formação no prazo estipulado.

13.1.9 A inclusão na PMPR, ato formal do Comando Geral, será realizada pela Diretoria de Pessoal, através do Centro de Recrutamento e Seleção e após serão apresentados à Diretoria de Ensino, a qual fará a distribuição conforme o previsto no item 2 do presente Edital.

14 DOS RECURSOS

14.1 Será admitido recurso, relativo a formulação de questões objetivas, formulação de questões subjetivas, correção de provas subjetivas e teórico-práticas, e erro material

14.2 O recurso será admitido uma única vez, não cabendo pedido de reconsideração ou recurso à instância superior.

14.3. Os recursos a que se referem o item 14.1 serão julgados pela banca examinadora exceto o de erro material, que será julgado pela entidade executora do concurso

14.4 O recurso apresentado terá efeito devolutivo até seu julgamento.

14.5 Serão liminarmente indeferidos os recursos que não estiverem devidamente justificados ou se baseiem em razões de caráter subjetivo, os que derem entrada fora de prazo ou os recursos enviados via postal, via fax ou via correio eletrônico.

14.6 O recurso deverá ser interposto, sob pena de preclusão deste direito, no prazo de dois dias úteis, a contar do dia imediato à data de divulgação dos resultados de cada fase, em edital específicos.

14.7 O candidato que impetrar recurso somente será encaminhado para a realização dos exames seguintes caso tenha sido deferido o seu requerimento.

14.8 Compete à Comissão do Concurso decidir, motivadamente, sobre os recursos no prazo mínimo de 06 (seis) dias úteis.

14.9 Os recursos a que se refere o presente Edital, deverão, observados os prazos, ser dirigidos ao Presidente do Concurso Público e protocolados no Sistema Integrado do Protocolo Geral no Quartel do Comando Geral em Curitiba à rua Marechal Floriano Peixoto nº 1.401, bairro Rebouças, no horário de expediente.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Será eliminado do Concurso Público o candidato que:

a) Usar ou tentar usar de meios fraudulentos, bem como portar material que possa ser utilizado para fraudar a realização de qualquer prova, teste ou exame.

b) Faltar ou chegar atrasado para a realização de qualquer prova, teste ou exame.

c) Não portar documento comprobatório da inscrição e de identidade com fotografia para a realização de qualquer prova, teste ou exame.

d) O candidato que verificar, a qualquer tempo das provas, testes ou exames que, dentre os aplicadores de sua sala ou do seu grupo exista qualquer parente seu, afim ou consanguíneo até 3.º grau, ou cônjuge, deverá comunicar o fato ao coordenador do setor, sob pena de anulação de sua prova, teste ou exame.

15.2 O candidato aprovado deverá manter, durante a realização e validade do Concurso Público, seu endereço e telefone atualizado, visando a eventual convocação, não lhe cabendo qualquer recurso, caso não tenha sido possível convocá-lo em decorrência de endereço ou telefone errado ou desatualizado ou por circunstâncias provocadas pelo próprio candidato.

15.3 Durante a realização das provas da 1.^a fase não se admitirá qualquer tipo de consulta, sendo vedado o uso de aparelhos e equipamentos eletrônicos, telefones celulares, computadores e similares.

15.4 O candidato deverá apresentar-se para a realização das provas, testes ou exames com trinta minutos de antecedência.

15.5 Não será admitido a realizar as provas o candidato que chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões.

15.6 A confirmação dos locais de provas, bem como do calendário para os exames das demais fases do Concurso, deverão ser feitos pessoalmente pelo candidato por meio de acesso no endereço eletrônico www.pr.gov.br/pmpr, www.nc.ufpr.gov.br e pelo Diário Oficial do Estado.

15.7 Para o Exame de Capacidade Física não será permitido o uso de qualquer substância química capaz de alterar o desenvolvimento natural do candidato, ficando, a critério da comissão de avaliadores, a escolha aleatória de qualquer candidato para sujeição a exames laboratoriais. Será eliminado do Concurso o candidato que se negar a fornecer o material para exame, bem como aquele cujo resultado do exame for positivo.

15.8 Será eliminado o candidato que faltar em qualquer um dos dias de provas, ou no ato da inclusão, passando à condição de desistente.

15.9 A desclassificação do candidato, decorrente do não-atendimento dos requisitos constantes neste Edital, em qualquer fase do Concurso, dar-se-á por ato do Presidente da Comissão, com a divulgação dos resultados de cada fase.

15.9.1 O motivo da desclassificação será apresentado por escrito ao candidato que o requerer, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a divulgação dos resultados de cada fase do Concurso.

15.9.2 O candidato somente será submetido à fase subsequente do Concurso se aprovado ou considerado apto, conforme o caso, na fase anterior.

15.10 Os candidatos incluídos na Polícia Militar do Paraná, após aprovação no Concurso regulado por este Edital, serão matriculados no Curso de Formação de Soldados na condição de Soldados de 2.^a Classe.

15.11 Os resultados de cada fase do Concurso serão divulgados por meio de Editais do Presidente da Comissão no endereço eletrônico da PMPR, no endereço eletrônico do Núcleo de Concursos da UFPR e no Diário Oficial do Estado.

15.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Comandante Geral da Polícia Militar.

15.13 Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo “A” – Conteúdo Programático;
- b) Anexo “B” – Conteúdo do Exame de Capacidade Física.

Curitiba, 30 de setembro de 2005

DAVID ANTONIO PANCOTTI, Cel QOPM
COMANDANTE-GERAL DA PMPR

ANEXO IV

CONFIDENCIAL



Nº Inscrição:

Data do concurso:

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ
AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA
SUBSEÇÃO DE CONTRA-INTELIGÊNCIA

FORMULÁRIO DE DADOS BIOGRÁFICOS
PARA CANDIDATO A INGRESSO NA PMPR

FOTO

5X7

(COLORIDA
E DATADA)

Nome: _____ RG: _____

Filiação: _____

Endereço: _____

Kua e n°

Bairro

Cidade

Estado

CEP

Fone fixo: (____) _____

Celular: (____) _____

CONFIDENCIAL

Assinatura do Candidato

CONFIDENCIAL

LEIA COM ATENÇÃO

Este formulário tem caráter CONFIDENCIAL

Preste todas as informações solicitadas, responda todas as questões de próprio punho e sem abreviaturas. Se o espaço for insuficiente, utilize o item de complementação ao final do formulário ou anexe folhas complementares, indicando o número da questão que você está complementando.

Não deixe questões em branco. Se houver questões que não dizem respeito, coloque um "traço" para inutilizar o campo.

Havendo qualquer dúvida, consulte o encarregado de análise social antes da entrega definitiva do formulário. O Para entrega do Formulário, anexar 2 (duas) cópias do Histórico Escolar do 2º grau (fotocópia autenticada em cartório) que comprove a conclusão das 3 (três) séries do curso ou Declaração de Matrícula, caso esteja cursando Ensino Médio.

Após preencher e assinar todas as páginas deste formulário, tire 02 (duas) fotocópias do mesmo e entregue junto com o original, no dia e local previsto.

DECLARAÇÕES FALSAS OU OMISSÕES, DEPOIS DE COMPROVADAS,
INCIDIRÃO NA CONTRA-INDICAÇÃO DO CANDIDATO E CONSEQÜENTE
ELIMINAÇÃO DO CONCURSO.

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

- 01 - Nome
 02 - Pai Nacionalidade
 03 - Mãe Nacionalidade
 04 - Naturalidade (Cidade) Estado
 05 - Data de Nascimento CPF
 06 - RG Cédula de identidade expedida por
 07 - Título de eleitor nº Zona
 08 - Carteira Profissional nº série
 09 - Qualquer outro nome pelo qual é conhecido (a) (apelido)
 10 - Grau de instrução Línguas que fala
 11 - Profissão Religião
 12 - E-mails, sites e orkut pessoal.

RESIDÊNCIAS

13 - Declarar informações relativas ao endereço atual:

- Endereço atual: nº compl.
 Bairro Cidade Estado
 Fica próximo de (o)
 Com quem reside? CEP
 Situação do Imóvel (alugado, próprio, etc) reside desde (data)

14 - Declarar em ordem cronológica decrescente, os lugares onde residiu nos últimos 5 (cinco) anos:

- Endereço 01: nº compl.
 Bairro Cidade Estado
 Fica próximo de (o)
 Com quem residiu? CEP
 Situação do Imóvel (alugado, próprio, etc)
 Período / à /
 mes ano mês ano

CONFIDENCIAL

Assinatura do Candidato

CONFIDENCIAL

Endereço 02: n° compl.
 Bairro Cidade Estado
 Fica próximo de (o)
 Com quem residiu? CEP
 Situação do Imóvel (alugado, próprio, etc)
 Período / à /
 mês. ano mês ano

Endereço 03: n° compl.
 Bairro Cidade Estado
 Fica próximo de (o)
 Com quem residiu? CEP
 Situação do Imóvel (alugado, próprio, etc)
 Período / à /
 mês. ano mês ano

15 - Caso não tenha residido com os pais ou esposa, durante algum período, explicar o motivo:

.....

FAMÍLIA

16- Preencha informações solicitadas abaixo relativas a seus pais e irmãos. Se você foi criado por padrastos, tutores legais ou outras pessoas que não são seus pais, as informações deverão ser igualmente preenchidas, porém, identificando tal situação:

Grau de Parentesco:

Nome: idade: R G:

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado

Profissão: () vivo () falecido

Grau de Parentesco:

Nome: idade: R G:

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado

Profissão: () vivo () falecido

Grau de Parentesco:

Nome: idade: R G:

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado

Profissão: () vivo () falecido

Grau de Parentesco:

Nome: idade: R G:

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado

Profissão: () vivo () falecido

CONFIDENCIAL

Assinatura do Candidato

CONFIDENCIAL

17- Você é solteiro (a), casado (a), viúvo (a), desquitado (a), divorciado (a), separado (a), amasiado (a)?

.....

18- Relacione abaixo todos os seus filhos, especificando a **situação da criança** (filho legítimo; legitimado, adotivo, enteado).

Nome	Data do Nascimento	Onde e com quem reside	Situação da Criança

19 - Está sustentando todos os seus filhos? Em caso negativo, explique detalhadamente:

.....

20 - Preste as seguintes informações com relação ao seu casamento ou união estável:

Nome do(a) cônjuge/companheiro (a):

Data de Nascimento: Data do casamento/união:

Esta vivendo com ele(a)? Em caso negativo, explique os motivos e forneça o atual endereço de seu cônjuge/companheiro (a):

.....

Ele(a) está empregado(a) atualmente? Em caso positivo, complemente:

Empresa que trabalha: função: ..

Endereço: n.º compl.

Bairro Cidade Estado

Telefone comercial: Salário

Forneça o nome e o endereço dos pais de seu cônjuge/companheiro (a):

Nome

Nome

Endereço: n.º compl.

Bairro Cidade Estado

SAÚDE

21- Você já foi internado em hospital? Em caso positivo, mencione datas, locais e motivos:

22 - Você já desmaiou alguma vez? Em caso positivo, forneça detalhes:

.....

23 - Você ou algum membro de sua família já foi examinado ou tratado em virtude de distúrbios nervosos ou mentais, ou moléstia prolongada? Em caso positivo, forneça detalhes:

.....

24 - Faz uso de bebidas alcoólicas? Quais?

Você fuma?

25 - Você já fez uso, faz ou já experimentou alguma vez drogas ilícitas?

.....

Em caso afirmativo, forneça detalhes

26 - Alguém de sua família já fez ou faz uso de droga?

Em caso afirmativo, forneça detalhes

CONFIDENCIAL

Assinatura do Candidato

REFERÊNCIAS PESSOAIS

27 – Dê os seguintes dados sobre três amigos (as)

Nome:	idade: :
Endereço Residencial:.;	n° compl
Bairro	Cidade Estado
Profissão:.....	Conhece-o há quanto tempo?
Fone residencial:	e Fone comercial:

Nome:	idade: :
Endereço Residencial:.;	n° compl
Bairro	Cidade Estado
Profissão:.....	Conhece-o há quanto tempo?
Fone residencial:	e Fone comercial:

Nome:	idade: :
Endereço Residencial:.;	n° compl
Bairro	Cidade Estado
Profissão:.....	Conhece-o há quanto tempo?
Fone residencial:	e Fone comercial:

28-Possui parentes na PMPR?.....Em caso positivo, forneça detalhes:

Grau de Parentesco:	Nome:
Posto/Graduação: () ativa () reserva	Unidade em que trabalha:
Endereço:	n° compl.
Bairro	Cidade Estado
Telefone de contato:	

Grau de Parentesco:	Nome:
Unidade em que trabalha: Unidade Uni Unidade em	Unidade em que trabalha:
Endereço:	n° compl.
Bairro	Cidade Estado
Telefone de contato:	

Grau de Parentesco:	Nome:
Unidade em que trabalha:) ativa () reserva	Unidade em que trabalha: :
Endereço:	n° compl.
Bairro	Cidade Estado
Telefone de contato:	

ATIVIDADES SOCIAIS

29 - O que você costuma fazer nas horas de folga?

Onde?

30 - É sócio (a) de algum clube?Em caso afirmativo, forneça nome e endereço

31 - Pertence (u) qualquer sindicato ou outra associação de classe?.....Em caso positivo forneça detalhes:

Data		Nome da Organização	Endereço
De	até		

32- Você é ou foi filiado (a) à partido político ou exerce (u) cargo ou função de mesma natureza, ou ainda, já foi candidato (a) na área política?

CONFIDENCIAL

INFORMAÇÕES CRIMINAIS

33 - Você já foi indiciado em Delegacia de Polícia, intimado (a) ou processado (a) pela justiça, mesmo se na época era menor de idade? Em caso positivo, qual condição:

() indiciado

() Réu

() vítima

() testemunha

Especifique qual foi o delito cometido, inclusive o artigo cominado na Legislação vigente ou da época da infração:

..... data:

Faça uma descrição sucinta do ocorrido:

.....

Qual órgão (Juiz/Vara/Delegacia/Ministério Público):

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado Telefone:

Qual a condição:

Qual foi a solução do caso?

Complemento:

() indiciado

() réu

() vítima

() testemunha

Especifique qual foi o delito cometido, inclusive o artigo cominado na Legislação vigente ou da época da infração:..

..... data:

Faça uma descrição sucinta do ocorrido:

.....

Qual Órgão (Juízos/Vara/Delegacia/Ministério Público):

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado Telefone:

Qual a condição:

34 - Algum membro de sua família esteve envolvido com a polícia ou justiça? Em caso afirmativo, forneça detalhes:

35 - Você já foi envolvido (a) em algum processo de paternidade? Em caso positivo, forneça detalhes:

EMPREGOS

36 - Quanto ao emprego atual, qual o nome da empresa:

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado
 Telefone Comercial: CEP Data de contratação:

Função/Cargo: Departamento: salário:

Chefe ou Encarregado Imediato:

Sofreu alguma punição? Motivo:

CONFIDENCIAL

Assinatura do Candidato

CONFIDENCIAL

37 - Relacione, em ordem decrescente de data, TODOS os lugares em que esteve empregado (a), registrado (a) ou não, ou ainda os (as) autônomos (as) (relatar ramo e atividade). Não omita nenhum. Preencha todos os dados solicitados.

Empresa

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado

Telefone Comercial: Período em que trabalhou: de / à /

Função/Cargo: Departamento: Salário:

Chefe ou Encarregado Imediato:

Motivo da demissão

Sofreu alguma punição? Motivos:

Quanto tempo ficou desempregado? O que fez durante esse período

Empresa

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado

Telefone Comercial: Período em que trabalhou: de / à /

Função/Cargo: Departamento: Salário:

Chefe ou Encarregado Imediato:

Motivo da demissão

Sofreu alguma punição? Motivos:

Quanto tempo ficou desempregado? O que fez durante esse período

Empresa

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado

Telefone Comercial: Período em que trabalhou: de / à /

Função/Cargo: Departamento: Salário:

Chefe ou Encarregado Imediato:

Motivo da demissão

Sofreu alguma punição? Motivos:

Quanto tempo ficou desempregado? O que fez durante esse período

Empresa

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado

Telefone Comercial: Período em que trabalhou: de / à /

Função/Cargo: Departamento: Salário:

Chefe ou Encarregado Imediato:

Motivo da demissão

Sofreu alguma punição? Motivos:

Quanto tempo ficou desempregado? O que fez durante esse período

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

38 - Possui alguma habilidade, experiência ou treinamento que julgue ser útil à Polícia Militar? Caso positivo especifique

39 - O que o motivou a ingressar na Polícia Militar?

40 - Já procurou anteriormente ingressar na PM? Em caso positivo, quantas vezes:

Qual o motivo que o (a) impediu?

41 - Você já procurou anteriormente algum emprego público? Em caso positivo, mencione o ano, localidade, cargo e resultados:

CONFIDENCIAL

Assinatura do Candidato

SERVICO MILITAR

42 - Preste as seguintes informações a respeito de seu serviço militar:

Data de Alistamento: () Exército () Marinha () Aeronáutica

Situação atual: () aguardando () dispensado () servindo () já serviu () engajado/incorporado

Categoria

Se serviu ou continua nas Forças Armadas, qual a Unidade?

Endereço: n.º compl.

Bairro Cidade Estado

Tempo de serviço: / / até / /
dia mês ano dia mês ano

43 - Punições sofridas e motivos de cada uma:

Punições

Motivos

1- /

2- /

44 - Motivo da baixa:

45 - Esteve envolvido em Inquérito Policial Militar ou Sindicância Instaurados pelas Forças Armadas? Em caso afirmativo, explique:

DADOS ESCOLARES

46 - Relacione todas as escolas e cursos que freqüentou:

Ensino Médio ou Equivalente

Escola: Telefone de contato:

Endereço: n.º compl.

Bairro Cidade Estado

Período: / à /

Ensino Superior ou Equivalente

Escola: Telefone de contato:

Curso:

Endereço: n.º compl.

Bairro Cidade Estado

Período: / à /

Curso:

Instituição: Telefone de contato:

Endereço: n.º compl.

Bairro Cidade Estado

Período: / à /

Curso:

Instituição: Telefone de contato:

Endereço: ; n.º compl.

Bairro Cidade Estado

Período: / à /

47- Você foi expulso (a) ou punido (a) em qualquer estabelecimento de ensino? Em caso positivo, explique:

HABILITAÇÃO E VEÍCULO

48 - Você é motorista habilitado (a)? em caso positivo, forneça os seguintes detalhes:

Número da CNH N.º de registro

Data da expedição Local da expedição Categoria

CONFIDENCIAL

49 - Teve alguma vez sua carteira de motorista suspensa ou cassada? Em caso positivo, forneça detalhes:

.....

50 - Você já foi envolvido (a) em algum acidente ao dirigir veículo? Em caso positivo forneça detalhes, citando inclusive a delegacia que registrou a ocorrência:

.....

BENS E IMÓVEIS

51 - Possui algum veículo automotor? Em caso afirmativo, forneça marca, modelo, ano de fabricação e placas:

.....

52 - Você possui imóveis Quantos? Se positivo forneça detalhes:

Tipo: () Terreno () Casa/Sobrado () Apartamento () Comercial

Endereço: n° compl.

Bairro Cidade Estado

Data de Aquisição: 1 1 Situação: () Quitada () Consórcio/financiamento

Tamanho em m² Valor pago e/ou financiado: Valor atual de mercado:

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS E DE CRÉDITO

53 - Banco em que tem conta corrente: n° Agência: n° conta:

54 - Você tem cheques ou títulos protestados? Forneça detalhes:

55 - Você está inscrito (a) no SPC, SERASA e/ou outra Instituição de Proteção ao Crédito? em caso afirmativo forneça detalhes:

.....

56 - Você pagou ou prometeu pagamento em dinheiro, serviço ou material por qualquer recomendação ou promessa de auxiliá-lo (a) nos exames de seleção da PM? em caso positivo, forneça:

Nome de quem recebeu

Recompensa prometida outros detalhes:

ARMAS DE FOGO

57 - Você possui alguma arma de fogo? Em caso afirmativo forneça detalhes especificando inclusive se foi apreendida alguma vez?

.....

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E/OU REGISTROS DE ANEXOS

58 -

.....

.....

.....

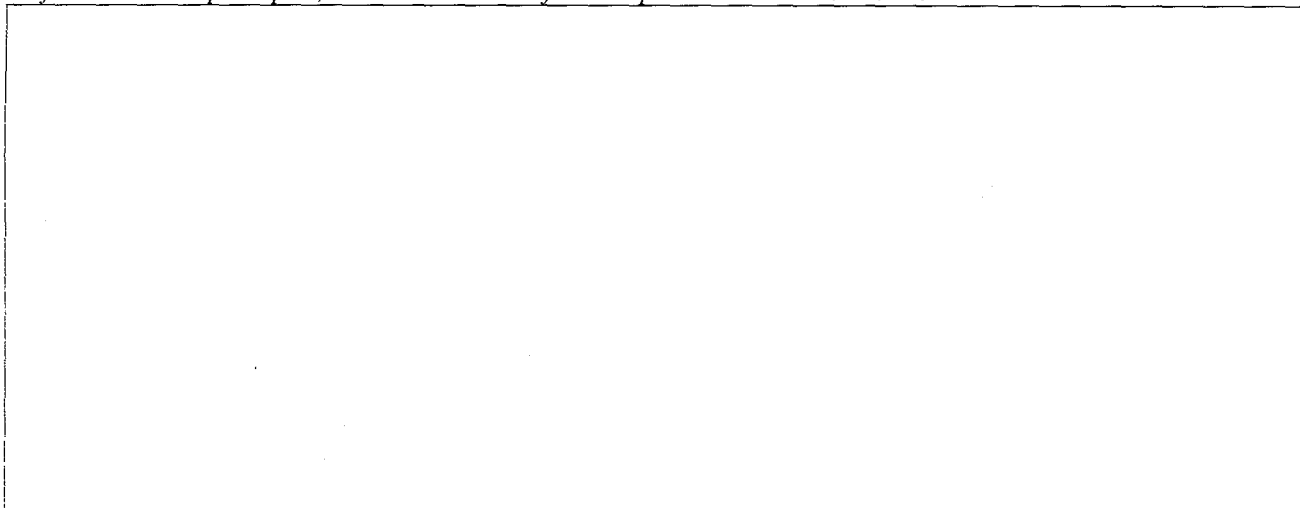
.....

CONFIFENCIAL

Assinatura do candidato

CONFIDENCIAL

59 - Faça desenhos, croquis ou anexe mapas, etc. do(s) endereço(s) de sua(s) residência(s), assinalando os pontos de referência e ruas principais, inclusive anexando folhas suplementares, se necessário.



60 - Reescreva o texto abaixo colocando seu nome e, em concordando, date e assine, reconhecendo firma em cartório da assinatura (somente nesta página) do Formulário de Dados Biográficos. a fim de entregar o mesmo no dia, hora e local especificado:

Eu, (identificação do candidato), ciente do Edital que rege o concurso público a que me submeto de livre e espontânea vontade e sem qualquer tipo de coação física e/ou psicológica, DECLARO para os devidos fins, que li atentamente o presente Formulário de Dados Biográficos, respondendo, de próprio punho, tudo o que foi solicitado sem nada omitir, prestando informações verdadeiras pelas quais tenho total e ilimitada responsabilidade. AUTORIZO ainda, as pessoas, empresas ou instituições mencionadas no presente formulário, a fornecer à Polícia Militar do Paraná, todas as informações sobre minha conduta pessoal, profissional e escolar, isentando-as de qualquer responsabilidade, caso não se processe minha inclusão.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

_____, de _____, de 2.0_____.

Nome: CPF.:

Assinatura:

CONFIDENCIAL

Assinatura do Candidato